

UM ESTUDO DAS MODALIDADES DEÔNICA E VOLITIVA NOS DISCURSOS DO PRESIDENTE LULA

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto, para obtenção do título de Mestre em Estudos Lingüísticos (Área de Concentração: Análise Lingüística).

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marize Mattos Dall'Aglio Hattnher

São José do Rio Preto
2007

Casimiro, Sérgio.

Um estudo das modalidades deôntica e volitiva nos discursos do presidente Lula. Sérgio Casimiro. São José do Rio Preto: [s.n.], 2007.

107 f. : il.; 30 cm.

Orientador: Marize Mattos Dall'Aglio-Hattner

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas.

1. Modalidade Deôntica. 2. Modalidade Volitiva. 3. Discurso Presidencial. 4. Gramática Funcional. I. Dall'Aglio-Hattner, Marize Mattos. II Universidade Estadual Paulista. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. III Título

CDU – 81 – 13

COMISSÃO JULGADORA

Titulares

Prof^a. Dr^a. Marize Mattos Dall’Aglío Hattner
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Prof^a. Dr^a. Flávia Bezerra de Menezes Hirata Vale
Universidade Federal de Goiás - UFG

Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves
Universidade Estadual Paulista - UNESP

Suplentes

Prof^a. Dr^a. Vânia Cristina Casseb Galvão
Universidade Federal de Goiás - UFG

Prof.^a Dr^a. Anna Flora Brunelli
Universidade Estadual Paulista - UNESP

A meus pais, Carlos e Leonor, dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por permitir que trilhasse este caminho;

Sou grato a Bel Massoni, Carlos e Anna Flora, pelo grande incentivo que me deram;

Mais uma vez ao Carlos e à Anna Flora, pelas sugestões e contribuições dadas no exame de qualificação;

À Prof^a Dr^a Vânia Cristina Casseb Galvão, pelas contribuições dadas a este trabalho no VI Seminário de Estudos Lingüísticos;

Aos professores e companheiros do Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional (GPGF), com quem tive a oportunidade de dialogar e aprender; pelo apoio e motivação;

Agradeço também a meus pais, por estarem sempre a meu lado;

A meus irmãos, por terem sido os modelos de determinação e perseverança que sempre me motivaram;

A meu sobrinho, Ricardo, pela grande amizade e companheirismo;

Agradeço ainda aos amigos e amigas, Nayna, Renato, Marcos, Ricardo, Glauber, Leandro e João Paulo, pelos bons momentos de descontração, conselhos, desabafos, confidências e apoio nas horas difíceis;

Aos demais amigos e colegas que estiveram presentes na minha vida, por compartilharem comigo os momentos bons e os momentos amargos;

À Solange, Giovana, Melissa, Danúbia e Priscila Páschoa, por termos dividido as angústias dessa mesma batalha;

Por fim, agradeço à CAPES, pela bolsa concedida a essa pesquisa.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Agradeço imensamente aos meus pais por me ensinarem, com simplicidade e humildade, valores que levarei para sempre comigo.

À Marize, agradeço primeiramente por ter me acolhido como seu orientando, com a mesma confiança de uma mãe que acredita no filho. Agradeço ainda pela enorme paciência com que se dedicou a me orientar.

“Do que deixei escrito nessas páginas se desprenderão sempre - como nos arvoredos de outono e como no tempo das vinhas - as folhas amarelas que vão morrer e as uvas que reviverão no vinho sagrado.”

(Pablo Neruda - Confesso que vivi)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p. 12
CAPÍTULO I – A TIPOLOGIA DAS MODALIDADES: A ORDEM E A VOLIÇÃO	p. 17
1. Os diferentes campos semânticos da modalidade.....	p. 17
1.1. Modalidade deôntica.....	p. 18
1.2. Modalidade volitiva.....	p. 21
2. A abordagem funcional da modalidade.....	p. 28
CAPÍTULO II – A HIERARQUIA SOCIAL E A EXPRESSÃO DA ORDEM E DO DESEJO.....	p. 39
1. Hierarquia e autoridade no modelo de interação verbal.....	p. 39
2. Produção e interpretação de uma expressão de ordem.....	p. 43
3. A autoridade do Presidente da República.....	p. 47
CAPÍTULO III – CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE.....	p.50
1. Constituição do <i>corpus</i>	p. 50
2. O presidente Lula e seus discursos.....	p. 53
3. Procedimentos de análise.....	p. 59
CAPÍTULO IV – DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	p. 63
1. Os verbos deônticos.....	p. 63
1.1. Fatores sintáticos e semânticos.....	p. 63
1.2. Fatores pragmáticos.....	p. 72
2. Os verbos volitivos.....	p. 81
2.1. Fatores sintáticos e semânticos.....	p. 81
2.2. Fatores pragmáticos.....	p. 94
3. Quando querer é dever.....	p. 95
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p. 102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	p. 105

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

- Figura 1: Estrutura da oração em camadas. p. 30
- Figura 2: As modalidades volitiva e deôntica na estrutura oracional em camadas. p. 32
- Figura 3: Modelo da Gramática Funcional do Discurso. p.33
- Figura 4: Modelo de interação verbal. p.40
- Figura 5: Organização *Top-Down* da GFD. p.46
- Figura 6: Sobreposição das modalidades volitiva e deôntica. p. 103
-
- Gráfico 1: Ocorrências de verbos deônticos nos discursos. p.74
-
- Tabela 1: Discursos selecionados. p. 52
- Tabela 2: Verbos deônticos e expressão modo-temporal. p. 64
- Tabela 3: Verbos deônticos e estado-de-coisas. p. 66
- Tabela 4: Alvo de avaliação deôntica. p. 67
- Tabela 5: Verbos deônticos e pessoa verbal. p. 69
- Tabela 6: Verbos deônticos e hierarquia entre os interlocutores. p. 73
- Tabela 7: Verbos deônticos e período político. p. 79
- Tabela 8: Pessoa do verbo deôntico e período político. p. 80
- Tabela 9: Expressão modo temporal do verbo deôntico e período político. p. 80
- Tabela 10: Verbo volitivo e expressão modo-temporal. p. 82
- Tabela 11: Verbo volitivo e pessoa verbal. p. 83
- Tabela 12: Verbo volitivo e alvo de avaliação. p. 85
- Tabela 13: Forma verbal dos verbos volitivos. p. 86
- Tabela 14: Volitivos e verbos *dicendi*. p. 87
- Tabela 15: Volitivos com argumento oracional e estado-de-coisas. p. 93
- Tabela 16: Verbos volitivos e período político. p. 94
- Tabela 17: Verbos volitivos e hierarquia. p. 95
- Tabela 18: Traços que permitem interpretação deôntica de um volitivo. p. 101

RESUMO

Neste trabalho, sustenta-se a hipótese de que, em relações assimétricas entre falante e ouvinte, a posição hierárquica superior ocupada pelo falante favorece a interpretação de uma expressão volitiva como uma manifestação deôntica. Com base em uma abordagem funcional da modalidade, foram analisados verbos volitivos e verbos deônticos nos discursos proferidos pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2006) a interlocutores com os quais mantém diferentes relações hierárquicas. Os objetivos deste trabalho foram: (i) descrever a manifestação da volição, buscando sua caracterização como um subtipo deôntico ou como um tipo de modalidade; (ii) analisar a relação entre volição e ordem e descrever os efeitos de sentido decorrentes de seu emprego nesse tipo específico de interação e (iii) analisar a relação entre a ordem hierárquica dos interlocutores, a expressão e a interpretação da modalidade. Observou-se que verbos volitivos podem apresentar dois valores semânticos, correspondendo a uma interpretação prototipicamente volitiva e uma interpretação deôntica, quando um determinado conjunto de fatores sintáticos, semânticos e pragmáticos é preenchido. Pôde-se constatar também que volição constitui, de fato, um tipo de modalidade diferente da Modalidade deôntica.

PALAVRAS CHAVE: Modalidade volitiva, Modalidade deôntica, Discurso Presidencial e Gramática Funcional.

ABSTRACT

This work is based on the hypothesis that, in asymmetrical relationships between the speaker and the hearer, the upper hierarchical position occupied by the speaker favors the interpretation of a volitive expression as a deontic manifestation. Based on the functionalist approach of modality, the present thesis analyzes volitive verbs and deontic verbs in the speeches of Brazilian President Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), in situations in which hearers corresponded to different hierarchical degrees in relation to the speaker. Thus, the objectives of the present work are (i) to describe the manifestation of volition in an attempt to characterize it as a deontic subtype or as a type of modality; (ii) to analyze the relationship between volition and order and to describe the effects of meaning resulting from the use of these modal qualifications in this specific type of interaction and (iii) to analyze the relationship between the hierarchical order of the speakers, the expression and the interpretation of the modality. It is possible to observe that the volitive verbs can present two semantic values: a prototypically volitive interpretation and a deontic interpretation when a given set of syntactical, semantic and pragmatic aspects is reached. It is also possible to verify that the volition actually constitutes a type of modality which is different from the deontic modality.

KEYWORDS: Volitive Modality, Deontic Modality, Presidential Speech, Functional Grammar.

INTRODUÇÃO

1. NATUREZA E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Um dos maiores obstáculos no estudo das modalidades relaciona-se a uma grande dificuldade em demarcá-las, haja vista a diversidade de áreas preocupadas com esse estudo e as diferentes abordagens dadas a esse tema. Mesmo no interior da lingüística há uma grande dificuldade tanto em se conceituar modalidade como em se estabelecer uma tipologia das modalidades.

Assim, dar uma definição em lingüística para modalidade não é uma tarefa muito fácil. A depender da visão de linguagem e da abordagem teórica de cada autor, é atribuída à modalidade uma série de definições diferentes. Tais definições perpassam desde um ponto de vista mais próximo da lógica, até uma abordagem lingüística mais pragmática. Dessa forma, em meio às várias definições, modalidade pode ser entendida como a expressão das “atitudes e opiniões (subjetivas) do falante” (PALMER, 1986).

A mesma dificuldade encontrada ao se dar uma definição a esse fenômeno lingüístico, também é encontrada na tentativa de se categorizar e explicar os diferentes campos semânticos modais. Quanto à classificação das modalidades, é feita uma série de categorizações tipológicas diferentes a depender do ponto de vista teórico e da abordagem adotada por cada autor. Há autores que conservam as categorias modais da lógica no estudo da linguagem, como Nef (1976) e von Wrigth (1951, *apud* PALMER, 1980), assim como há

autores que reconhecem uma vasta gama de outros valores semânticos modais, como Bybee e Fleischman (1995).

Ainda que haja divergências no estabelecimento de tipologias modais, é consensual o reconhecimento de duas modalidades como principais. Pode-se distinguir, de acordo com Neves (1996, p.163), “dois eixos conceituais básicos, o do conhecimento e o da conduta”. À modalidade que diz respeito ao eixo do conhecimento, do certo/incerto, do duvidoso, do que “envolve o julgamento humano do que é provável acontecer” (Quirk, 1985), dá-se o nome de *epistêmica*. Por outro lado, a modalidade relacionada aos valores de permissão, obrigação e volição denomina-se *deôntica*. Muitas vezes, nesses dois valores semânticos modais se inserem outros valores, como a volição e a intenção, que podem aparecer inseridas no valor semântico deôntico.

Tendo em vista a diversidade tipológica de modalidades, faz-se necessário uma primeira restrição neste trabalho. Ainda que seja reconhecido um certo número de campos semântico modais, interessam aqui apenas as modalidades voltadas para os domínios do *querer* e do *dever*, uma vez que esses valores semânticos, ainda pouco estudados, aparecem ora fundidos em um mesmo campo modal, ora em campos modais diferentes.

Assim, considerando-se esses dois campos semânticos modais, neste trabalho, sustenta-se a hipótese de que, em relações assimétricas entre falante e ouvinte¹, a posição hierárquica ocupada pelo falante favorece a interpretação de uma expressão volitiva como uma manifestação deôntica. Um dos princípios assumidos neste trabalho é o de que a relação entre falante e ouvinte é fundamental para que se entenda uma forma de expressão volitiva como um tipo de modalidade relacionada ao *querer* ou relacionada ao *dever*.

Conforme essas explicações, uma segunda restrição a ser feita diz respeito ao tipo de situação interativa a ser analisada. A partir da hipótese levantada, serão consideradas

¹ Os termos falante e ouvinte serão empregados genericamente, fazendo referência não só aos usuários da língua falada, mas também aos da língua escrita.

interações em que a relação hierárquica entre os interlocutores seja facilmente recuperada, identificando-se uma relação de simetria ou assimetria hierárquica entre o falante e o ouvinte.

Delimitados os campos semânticos modais e o tipo de situação de interação a serem estudados, uma outra restrição importante deve ser feita quanto à forma de expressão da modalidade. Apesar de se reconhecerem outras formas de expressão tanto da volição quanto da ordem, optou-se por analisar, neste trabalho, apenas ocorrências de verbos modalizadores deônticos e verbos modalizadores volitivos, tendo em vista a baixa ocorrência de formas como advérbios, substantivos e adjetivos volitivos e deônticos.

2. OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo em vista a hipótese de que uma expressão de volição emitida por um falante hierarquicamente superior a seu destinatário pode ser por ele interpretada como ordem e, em decorrência desta hipótese, o interesse em se estudar situações de interação em que essa relação de superioridade ou inferioridade hierárquica entre locutor e destinatário sejam facilmente recuperadas, este trabalho apresenta como objetivos:

- i) descrever a manifestação da volição, buscando sua caracterização como um subtipo deôntico ou como um tipo de modalidade;
- ii) analisar a relação entre volição e ordem e descrever os efeitos de sentido decorrentes do uso dessas qualificações modais nesse tipo específico de interação;
- iii) analisar a relação entre a ordem hierárquica dos interlocutores, a expressão e a interpretação da modalidade.

Diante desses objetivos, o *corpus* escolhido para a análise será constituído de discursos proferidos por um dos presidentes brasileiros em diferentes cerimônias e encontros

durante todo o seu mandato, no qual estavam presentes interlocutores em diferentes graus de simetria com relação a esse falante.

A escolha de tal *corpus* justifica-se pelo fato de o presidente ser o representante mais alto na hierarquia de uma nação, tendo, como boa parte de seus ouvintes, interlocutores cuja relação é de subordinação ou mesmo de dependência ou submissão a ele, permitindo que suas ordens sejam facilmente acatadas.

Uma vez definidos os objetivos e o *corpus* deste trabalho, a análise se processará da seguinte forma: inicialmente, a partir de uma definição operatória de modalidade deontica e volitiva, serão buscadas ocorrências desses modalizadores nos textos que compõem o *corpus*. Em seguida, se buscará contrastar essas ocorrências com a relação hierárquica do presidente e de seus interlocutores. Feito isso, os dois domínios semânticos volitivo e deontico serão, então, caracterizados. Ainda se buscará identificar os contextos em que as formas de expressão volitiva e deontica sejam ambíguas e/ou polissêmicas, de modo a se tentar caracterizar uma área de superposição desses domínios. É necessário mencionar ainda que, para que se proceda tal análise, serão considerados de modo integrado, conforme a visão funcionalista da linguagem, fatores de ordem semântica, sintática e pragmática.

3. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Este trabalho constitui-se de cinco capítulos. No Capítulo I, intitulado *Tipologia das modalidades: a ordem e a volição*, o que se pretende mostrar é a grande variedade de tipologias existentes nos estudos da modalidade, e, principalmente, mostrar as tipologias que localizam os valores semânticos do *querer* e do *dever*. O que se notará é que há uma dificuldade em se delimitar esses dois campos semânticos, algumas vezes vistos como uma

mesma modalidade e, outras vezes, vistos como modalidades distintas. Num segundo item, denominado *A abordagem funcional da modalidade*, são apresentados alguns pontos sobre a modalidade em teorias funcionalistas, sobretudo no funcionalismo holandês. A partir desses estudos, é tomada uma definição operatória sobre os valores modais do *querer* e do *dever*.

O Capítulo II, *A hierarquia social e a expressão da ordem e do desejo*, tem por preocupação mostrar que, com base no modelo de interação verbal de Dik (1997), a hierarquia social entre os interlocutores e a relação de autoridade por ela criada é fundamental na expressão de uma ordem; e mostrar como a relação entre os interlocutores é importante para que a ordem possa ser expressa pelo falante e bem interpretada pelo ouvinte.

Após as explanações teóricas feitas nos dois primeiros capítulos, é feita, no Capítulo III, *Constituição do corpus e procedimentos de análise*, uma apresentação do *corpus* delimitado para a análise, uma breve biografia do presidente escolhido e do contexto de seus discursos, além dos fatores eleitos para que se pudesse proceder tal análise.

No Capítulo IV, *Descrição e análise dos dados*, é feita a verificação do comportamento dos valores modais relacionados ao *querer* e ao *dever* na língua nos discursos presidenciais.

Por fim, após esses capítulos, são feitas as *Considerações finais*, seguidas das *Referências Bibliográficas*.

CAPÍTULO I

TIPOLOGIA DAS MODALIDADES: A ORDEM E A VOLIÇÃO

1. OS DIFERENTES CAMPOS SEMÂNTICOS DA MODALIDADE

Como se sabe, não há uma teoria lingüística única que trate apenas da modalidade; há estudos sobre a modalidade no interior de uma série de abordagens teóricas. Mesmo no interior de uma mesma abordagem, encontra-se uma diversidade de autores que a estudam e que apresentam pontos de vistas bem diferentes sobre esse fenômeno. Na literatura sobre o assunto, não há um consenso entre os diferentes tipos de modalidade, nem há consenso terminológico para cada campo semântico modal.

Além de haver diferentes abordagens no estudo da modalidade, diferentes valores semânticos são reconhecidos por cada autor. Como apontam Bybee e Fleischman (1995):

Ela [a modalidade] cobre uma vasta extensão de nuances semânticas – jussivo, desiderativo, intetivo, hipotético, potencial, obrigatório, dubitativo, exortativo, exclamativo, etc. – cujo denominador comum é a adição de um complemento ou revestimento de sentido a um valor semântico mais neutro da proposição de um enunciado, o valor factual e declarativo.²

² “It covers a broad range of semantic nuances – jussive, desiderative, intetive, hypothetical, potential, obligative, dubitative, hortatory, exclamative, etc. – whose common denominator is the addition of a supplement or overlay of meaning to the most neutral semantic value of the proposition of an utterance, namely factual and declarative.” (Bybee e Fleischman, 1995, p.2).

Como aponta Coracini (1991, p.114-20), diferentes abordagens tentam explicar o fenômeno da modalidade, cada uma dando ênfase a um nível lingüístico em detrimento de outro, privilegiando-se, em certos casos, a sintaxe, em alguns, a semântica e, em outros, a pragmática. Na abordagem funcional da modalidade adotada neste trabalho, privilegia-se um tratamento integrado dos componentes sintático, semântico e pragmático, como será mais bem explicado adiante.

Dessa forma, a partir do interesse dessa pesquisa pelos campos semânticos modais relacionados ao *querer* e ao *dever*, serão mostradas a seguir algumas considerações de diferentes autores sobre a modalidade deôntica e a modalidade volitiva.

1.1 A MODALIDADE DEÔNTICA

Os estudos sobre modalidade deôntica principiaram-se no interior da lógica dos modais. Inicialmente, a partir das modalidades aléticas, cujos predicados correspondiam ao necessário, impossível e possível, inventariaram-se três predicados deônticos: obrigatório, proibido e permitido. Lyons (1977), nesse sentido, diz:

O termo deôntico (do grego 'déon': o que é obrigado) é amplamente usado por filósofos para se referir a um ramo particular ou extensão da lógica modal: a lógica da obrigação e da permissão (cf. Von Wright, 1951). (...)

modalidade deôntica diz respeito à necessidade ou possibilidade de atos serem executados por agentes moralmente responsáveis³.

Também Kalinowski (1976, p.13) aponta a origem lógica do estudo das modalidades deônticas, desde Aristóteles, passando pela Idade Média, até chegar à lógica formal e matemática. Em todos esses estudos, ainda que se reconheçam outros sentidos, os valores de obrigação, permissão e proibição são os sentidos deônticos prototípicos.

É importante mencionar que a análise da modalidade deôntica depende essencialmente de um conjunto de regras sociais e morais estabelecidas. É a partir dessas regras e convenções que são estipulados os valores de permissão, proibição e obrigação. Esse conjunto de normas sociais pode ser escrito na forma de leis, editos etc, ou consuetudinário, fundado nos hábitos e costumes de uma dada sociedade, sob a pena de alguma coerção ou punição. Alguns autores, inclusive, mencionam a importância desse conjunto de convenções sociais ao conceituar modalidade deôntica. Um exemplo é Hengeveld (2004c), que a conceitua como a modalidade que “diz respeito ao que é (legalmente, socialmente, moralmente) permissível”, e Kiefer (1987), que também afirma que “as modalidades deônticas têm a ver com obrigações e permissões. (...) Algo só pode ser considerado obrigatório ou permitido com respeito a um sistema moral ou legal (com respeito a sistema de leis)⁴”.

Outra característica importante da modalidade deôntica, conforme Lyons (1977), é o fato de ela derivar de alguma origem ou causa, podendo ser uma pessoa ou uma instituição. Assim, além dessa convenção de regras sociais e morais, é necessário também que haja o reconhecimento, por parte dos membros de uma dada sociedade, dos valores e pesos dessas normas. É a partir do reconhecimento dessas regras e valores, por exemplo, que se designa

³ “The term deontic (from Greek ‘deon’: “what is binding”) is now quite widely used by philosophers to refer to a particular branch or extension of modal logic: the logic of obligation and permission (cf. Von Wright, 1951). (...) deontic modality is concerned with the necessity or possibility of acts performed by morally responsible agents”. Lyons (1977, p.823).

⁴ “The deontic modalities have to do with obligations and permissions. (...) Something is considered to be obligatory or permitted with respect to some moral or legal system”. Kiefer (1987, p.69).

dado membro ou instituição de uma sociedade como autoridade ou não. Conforme Lyons (1977):

Se X reconhece que ele é obrigado a realizar uma ação, logo há usualmente alguém ou alguma coisa que ele reconhecerá como responsável por ele estar sob a obrigação dessa ação. Esta pode ser alguma pessoa ou instituição à qual ele se submete. Isso pode ser algo mais ou menos explícito, formulado por princípios morais ou legais, isso pode ser não mais que uma coerção interna, que ele possa rigidamente identificar e obedecer⁵.

O mesmo autor salienta ainda que o destinatário de uma expressão deôntica pode se recusar a obedecer tal obrigação, negar que essa obrigação exista ou questionar sua existência, indagando sua origem.

Assim, sempre haverá um agente para impor alguma proibição, permissão ou obrigação, e algo ou alguém que esteja sob essa qualificação modal. Da mesma forma, para que se reconheça uma expressão deôntica como tal, haverá sempre fatores sócio-culturais associados às expressões lingüísticas, ou seja, a modalidade deôntica não é apenas lingüisticamente marcada, mas depende de fatores externos à própria língua.

A modalidade deôntica ainda é apontada por alguns autores como origem, no processo de gramaticalização, da modalidade epistêmica. Segundo Sweetser (1990), o valor epistêmico teria origem em um sentido mais básico e concreto, que seria a modalidade deôntica, ou *modalidade de raiz (Root Modality)* como ela denomina. A partir do estudo de verbos modais do inglês, Sweetser mostra que o uso dos modais apresenta uma extensão do sentido deôntico para o sentido epistêmico, num processo de mudança lingüística. Com base no trabalho de Sweetser, Giacalone Ramat (1999) estuda o aprendizado de expressões modalizadoras durante

⁵ “If X recognizes that he is obliged to perform some act, then there is usually someone or something that he will acknowledge as responsible for his being under the obligation to act this way. It may be some person or institution to whose authority he submits; it may be some more or less explicitly formulated body of moral or legal principles; it may be no more than some inner compulsion, that he would be hard put to identify and make precise.” Lyons (1977, p.824).

o processo de aquisição de italiano como segunda língua por falantes de línguas diversas. Como mostra Giacalone Ramat (1999), os modais *potere* (poder) e *dovere* (dever) apresentam primeiramente leitura deôntica para, depois de certo tempo de exposição à língua estrangeira, apresentarem leitura epistêmica em situações de uso por esses aprendizes de italiano. Tal trabalho comprova a teoria de Sweetser (1990) de que o sentido deôntico é mais básico que o sentido epistêmico, sendo mais produtivo em processos iniciais de aquisição de segunda língua.

Além dessa relação de mudança semântica entre os diversos valores modais, é importante dizer ainda que outros valores semânticos também podem aparecer associados à modalidade deôntica, como, por exemplo, a volição. A seguir, será apontado o lugar da volição no interior de alguns estudos, de modo a se entender essa possível relação da modalidade volitiva com a modalidade deôntica, objetos de estudo deste trabalho.

1.2 A MODALIDADE VOLITIVA

Sabe-se que estudos sobre desejo e volição ocuparam, e ainda ocupam, lugar no interior de várias disciplinas das ciências humanas, como a lingüística, a semiótica e a psicologia.

O estudo da volição no interior das ciências da linguagem é ainda pouco explorado. Muitas vezes ele aparece relacionado à teorias ligadas à psicologia, em especial à psicanálise, e em teorias da linguagem *strictu sensu* está geralmente inserido nos estudos sobre modalidade.

Apesar de reconhecida como campo semântico modal, a volição não é algo muito bem delineado nos estudos lingüísticos das modalidades. Seu caráter difuso e impreciso dificulta

inclusive seu entendimento como valor modal propriamente dito ou como subtipo de algum outro valor modal.

Dentre a vasta gama de valores modais, a volição pode aparecer associada a outros valores semânticos próximos a ela. Pode-se constatar que valores como vontade, desejo, intenção, esperança e promessa estão muito próximos ou podem mesmo aparecer associados, ao passo que designam algum tipo de intenção do falante com relação a um fato possível.

Prova dessa dificuldade em se demarcar um espaço para a volição é o trabalho de Jerpersen (1924 *apud* PALMER, 1986). Para ele, a volição era um elemento fundamental para se classificar as diferentes modalidades. Assim, ele subdivide os valores modais em dois tipos: os que contêm elemento de desejo e os que não contêm elemento de desejo. Ele inclui como valores semânticos que apresentam “elemento de desejo” os valores Jussivo (comando), Compulsivo, Obrigativo, Aconselhatório, Precativo, Hortativo, Permissivo, Promissivo, Optativo, Desiderativo e Intencional. Uma escala com os valores que contêm ‘elemento de desejo’ é observada em Jespersen⁶ (1924, *apud* PALMER 1986):

Jussivo (comando)	Vá (comando)
Compulsivo	Ele tem que ir
Obrigativo	Ele deve ir/ Nós devemos ir
Aconselhatório	Você deveria ir
Precativo	Por favor, vá
Hortativo	Vamos
Permissivo	Você pode ir, se você quiser

⁶ I. Containing an element of will:

Jussive	go (command)
Compulsive	he has to go
Obligative	he ought to go/ we should to go
Advisory	You should go
Precative	go, please
Hortative	let us go
Permissive	you may go, if you like
Promissive	I will go/ it shall be done
Optative	may he still be alive
Desiderative	would he were still alive
Intentional	in order that he may go

(JERPERSEN, 1924, *apud* PALMER, 1986, p. 10)

Promissivo	Eu irei/ Isso será feito
Optativo	Ele pode ainda estar vivo
Desiderativo	Ele poderia ainda estar vivo
Intencional	Ele pretende ir

Jespersen (*apud* PALMER, 1986, p.116) ainda distingue o valor semântico Optativo, que é realizável (*realizable*), do valor Desiderativo, que é não-realizável (*non-realizable*)

A depender do autor e da visão da linguagem ao qual se filia, a volição pode se constituir como um tipo de modalidade propriamente dita ou, então, estar inserida em outros valores modais, como acontece com relação à volição e à modalidade deôntica.

Para alguns autores, a volição constitui-se por si só um tipo isolado de modalidade. É o que observa, por exemplo, Rescher (1968 *apud* PALMER, 1986), que, além das modalidades alética, epistêmica e deôntica, acrescenta ainda o que ele menciona de modalidades “temporal”, “boulomaica”, “avaliativa” e “causal”. A modalidade boulomaica é a modalidade relacionada ao desejo, denominada posteriormente de volitiva, como sugere o próprio Palmer (1986).

Apesar de certos autores entenderem a volição como uma modalidade independente, outros questionam esse entendimento. Lyons (1968 *apud* PALMER, 1979, p.4), por exemplo, distingue três escalas de modalidade: as de desejo e intenção, as de necessidade e obrigação e as de certeza e possibilidade. Palmer, no entanto, questiona essa distinção feita por Lyons, ao mencionar que tal autor dá exemplos do latim para a primeira escala e do inglês para as outras duas e que, apesar desses exemplos, essa primeira escala não está gramaticalmente marcada em nenhuma outra língua. Assim, Palmer (1979) nega a hipótese de Lyons de existir uma escala do desejo e intenção para a modalidade.

Por outro lado, parte dos autores reconhece a volição como um subtipo de modalidade relacionada às normas de conduta, tradicionalmente denominada de deôntica.

Um autor que posiciona volição e ordem em um mesmo paradigma é Quirk (1985). Ao usar como critério na distinção das modalidades o traço semântico *controle humano*, tal lingüista subdivide as modalidades em dois grupos: intrínseca, em que há algum tipo de controle humano, associado aos valores de permissão, obrigação e volição; e extrínseca, em que não há controle humano, mas sim um julgamento humano, associado aos valores de possibilidade, necessidade e prognóstico.

Outro autor, Palmer (1986, p. 115), classifica como deôntico categorias semânticas como diretivos, imperativos, comissivos, volitivos e avaliativos. Tal autor reconhece que diretivos e imperativos são tipicamente deônticos e que, apesar de inserir a categoria volitiva no interior da modalidade deôntica, ele deixa claro que o *status* dessas três categorias está aberto a dúvidas. Uma vez que enunciados comissivos, volitivos e avaliativos não são epistêmicos, já que não expressam o grau de comprometimento do falante com aquilo que ele diz, Palmer acha mais conveniente denominá-los de deônticos. O mesmo autor diz ainda que “volitivos são modais no sentido de que eles envolvem não-factuality e estão mais para os modais deônticos já que dizem respeito mais à possibilidade de ação do que à verdade, etc. das proposições⁷”.

Também Halliday (1994), sob outra denominação tipológica, posiciona os valores semânticos do desejo e da ordem em uma mesma categoria modal. No interior dos estudos de modalidade em sua gramática, ele diferencia **Modalização** e **Modulação**, em que a primeira concerne às escalas de probabilidade (possivelmente, provavelmente, certamente...) e habitualidade (às vezes, usualmente, sempre...) e a segunda, aos graus de obrigação (é permitido, é necessário...) e aos graus de inclinação (desejoso a, determinado a...).

Depois de se mostrar alguns estudos sobre a volição na ciência da linguagem, é preciso dizer ainda como um elemento lingüístico com valor volitivo é expresso. No

⁷ Volitives are modal in the sense that they involve non-factuality, and are more like deontic in that they are concerned more with possible action than with the truth, etc. of propositions. (Palmer, 1986, p.97).

português, a volição pode ser expressa por meio de itens lexicais (verbos, substantivos e adjetivos) ou gramaticais (morfemas de modo e de tempo).

Uma dessas formas lexicais que podem ser identificadas em português são os substantivos. O desejo do falante marcado por um substantivo pode aparecer em expressões como “é meu desejo”, “é minha vontade”. Outra forma lexical que pode ser identificada em português são os adjetivos. Assim como no caso dos substantivos, o uso de adjetivos como expressão de desejo é muito pouco recorrente na linguagem em uso. No entanto, reconhece-se que sua manifestação na língua pode aparecer em expressões como “é desejoso que”.

Uma das formas de expressão de desejo mais recorrentes na língua em uso são os verbos designadores de volição. Mira Mateus et al. (1989, p.273) apresentam, numa lista exemplificativa, como verbos volitivos e optativos os seguintes verbos: *desejar, esperar, ousar, preferir, pretender, querer, rezear, recusar, temer, tencionar e tentar*.

Quanto às formas gramaticais que podem expressar o desejo de um falante, pode ser identificado em português o emprego do tempo verbal futuro, também denominado por Lozano (1990) de “futuro volitivo”, em seu estudo da língua espanhola. A relação entre o tempo futuro e a volição é apontada em estudos de uma série de autores. Palmer (1980) diz haver uma relação muito próxima entre modalidade e tempo futuro, reconhecendo no auxiliar *will*, do inglês, uma ligação entre futuro e volição. Lozano (1990) também reconhece a expressão da volição no futuro em verbos em espanhol. O reconhecimento do valor volitivo do futuro é consensual, aparecendo inclusive em gramáticas normativas, como é o caso de Cunha e Cintra (2001), que mencionam o emprego do futuro do presente “como expressão de uma súplica, de um desejo, de uma ordem, caso em que o tom de voz pode atenuar ou reforçar o caráter imperativo” (p. 459).

Por fim, pode-se identificar ainda no modo subjuntivo uma forma gramatical de expressão do desejo do falante. Assim como o futuro volitivo, alguns autores também

reconhecem o subjuntivo como expressão de volição. Esse é o caso, por exemplo, de Lozano (1990), que aponta relações em que subjuntivo e orações completivas com subjuntivo podem expressar volição. Guiraldelli (2004) também menciona o fato de o subjuntivo poder expressar modalidade epistêmica, modalidade volitiva e modalidade deôntica.

Vale lembrar que, apesar de se reconhecerem essas várias formas de expressão da volição, é objeto de interesse deste trabalho apenas a volição expressa por verbos designadores da vontade do falante.

Verificadas as formas de expressão da volição em português, é importante dizer ainda que, tendo em vista a proximidade dos valores semânticos relacionados às modalidades do *querer* e do *dever*, certos autores ainda fazem algumas considerações para possíveis relações entre essas duas categorias de sentido. Segundo Lyons (1977), por exemplo, a modalidade deôntica teria sua origem na função desiderativa da linguagem:

A origem da modalidade deôntica, como tem sido freqüentemente sugerido, é buscada nas funções desiderativa e instrumental da linguagem: isso quer dizer que, no uso da linguagem, ela serve, de um lado para expressar ou designar vontades e desejos e, de outro, para conseguir que algo seja feito, com a imposição da própria vontade a outros agentes⁸.

A partir de seus estudos sobre a expressão da obrigação nas línguas do oeste do Nilo, também Bavin (1995) detecta uma evidência de gramaticalização para o sentido de dever nos verbos “querer” das línguas Alur e DhuLuo. A autora afirma que “isso sugere que a interpretação do ‘dever’ deriva do ‘querer’, seguindo um padrão regular de mudança neste

⁸ The origin of deontic modality, it has often suggested, is to be sought in the desiderative and instrumental functions of language: that is to say, in the use of language, on the one hand, to express or indicate wants and desires and, on the other, to get things done by imposing one- s will on the other agents. Lyons (1977, p.826).

grupo lingüístico, um padrão de valores gramaticais derivados de verbos lexicais (sempre na forma impessoal)⁹”.

Nota-se ainda que expressões imperativas podem apresentar valor de desejo, tal como menciona Lyons (1977): “o modo imperativo é regularmente empregado também para expressar vontades, esperanças, desejos (cf. Divirta-se!, Fique bem logo!, O pão nosso de cada dia, nos dai hoje!, etc)”¹⁰. Tratam-se, aqui, de exemplos lingüísticos em que uma forma pode apresentar vários sentidos, assim como um sentido pode aparecer manifesto por diversas formas lingüísticas. Pode-se falar ainda em caso de sobreposição semântica entre desejo e ordem. No entanto, não há nenhuma forte evidência de que o imperativo seria a origem do desejo, mas sim o contrário: de que a partir do desejo é que se teriam expressões deônticas.

Apesar dessas evidências, autores como Rumsey (2003) vão além, ao dizer que o imperativo é um primeiro exemplo de desejo na linguagem. Rumsey (2003) desenvolveu uma pesquisa sobre a origem da subjetividade no processo de aquisição da linguagem em quatro diferentes línguas, no japonês, no espanhol, no catalão e no ku waru. Para ele, diferentemente de Benveniste, que dava grande importância aos pronomes pessoais na marcação da subjetividade, modo e modalidade também designam subjetividade, sendo, inclusive, categorias adquiridas antes dos pronomes pessoais em certas línguas. Segundo ele, no japonês:

As primeiras flexões verbais aprendidas pela maioria das crianças são o –te imperativo, e –ta tempo passado, geralmente aos 18 meses. Isso é especialmente interessante com respeito ao problema da “linguagem e desejo” [...] porque **em sua função prototípica o imperativo é um primeiro exemplo de desejo na linguagem**, explicando como uma

⁹ This suggests that ‘need to’ interpretation has been derived from ‘want’, following a regular pattern of change in the language group, a pattern of deriving grams from lexical verbs (often impersonal form) (Bavin, 1995, p.130).

¹⁰ (...) and the imperative mood (...) is regularly employed also for the expression of wishes, hopes and desires (cf. Have a good time!, Get well soon!, Give us this day our daily bread!). Lyons, 1977, p.826).

vontade por parte do falante conduz alguém a uma ação ou estado de coisas predicado pelo verbo.¹¹ (grifo nosso).

Como se vê, as formas lingüísticas nem sempre estão presas a um único valor semântico. Uma característica de todas as línguas é a de que uma forma lingüística pode estar relacionada a um ou a vários valores semânticos, assim como também um valor semântico pode aparecer em uma forma lingüística como em várias outras. Será observada, mais adiante, a possibilidade de formas verbais volitivas apresentarem outros sentidos além dos valores típicos de volição.

Como se pode observar, o lugar ocupado pela volição no estudo das modalidades não é muito bem delimitado. Há autores que a consideram como um tipo específico de modalidade (Rescher, 1968; Lyons, 1968), assim como há autores que a posicionam no mesmo paradigma da modalidade deôntica (Quirk, 1985; Palmer, 1986; Halliday, 1994). Por meio da análise da linguagem em uso, neste trabalho pretende-se observar o comportamento da volição e da ordem, verificando a possibilidade de esses valores comporem um único tipo de modalidade ou dois tipos diferentes. Antes, porém, será necessário caracterizar a abordagem teórica que sustentará a análise dos dados.

2. ABORDAGEM FUNCIONAL DA MODALIDADE

Ao ter por objetivo descrever e analisar a língua em uso, as teorias funcionalistas levam em consideração não apenas a expressão lingüística, mas também fatores contextuais e cognitivos que influenciam a gramática das línguas, bem como a intenção dos interlocutores.

¹¹ The first verbal inflections learned by most children are –te imperative, and –ta past tense, usually by 18 months (425). This is especially interesting with respect to the problem of ‘language and desire’ [...] because in this prototypical function the imperative is a prime instance of desire in language, expounding as it does a wish on the speaker’s part to bring about the action or state of affairs predicated by the verb”. (Rumsey, 2003, p.176).

Em uma visão que considera a linguagem verbal como “instrumento de interação” (Dik, 1997a), fatores pragmáticos como a relação entre falante e ouvinte, seus conhecimentos de mundo e suas intenções, ocupam uma posição de destaque, como se vê nas teorias funcionalistas de linha holandesa, a Gramática Funcional (GF) e a Gramática Funcional do Discurso (GFD), que propõem uma análise dos fatos da língua que integra sintaxe, semântica e pragmática. O nível pragmático é o de maior importância e o mais abrangente, por ser ele muitas vezes motivador dos fenômenos que ocorrem nos níveis semântico e sintático. Dessa forma, tais teorias preocupam-se com a Modalidade como um fenômeno que abrange, pela própria natureza da linguagem, a interação entre os diferentes interlocutores.

Segundo o modelo da Gramática Funcional (GF), de Dik (1997), a primeira habilidade do falante para formar expressões linguísticas é a de construir predicções, utilizando esquemas de predicados e termos. Os Predicados, que designam propriedade ou relação, somados aos termos, constituem, então, a Predicação, que designa um estado-de-coisas. Entende-se por estado-de-coisas, conforme Dik (1997a), “a concepção de algo que pode ser localizado em algum mundo”¹² real ou mental. O mesmo autor elabora ainda uma série de parâmetros semânticos para uma tipologia de estado-de-coisas, como Dinamismo, Controle, Telicidade e Momentaneidade. Na formação da Predicação, ao se somar a ela operadores e satélites de nível um, dois e três, têm-se, respectivamente, a Predicação Nuclear, a Predicação Central e a Predicação Estendida. Ao se adicionar satélites e operadores de nível quatro, chega-se à camada da Proposição, que designa um fato possível, e, por fim, ao se definir uma Força Illocucionária chega-se à camada da Oração. Abaixo está a representação dessas diferentes camadas na teoria da GF:

¹² (...) SoA is “the conception of something that can be the case in some world”. (Dik, 1997a, p. 51).

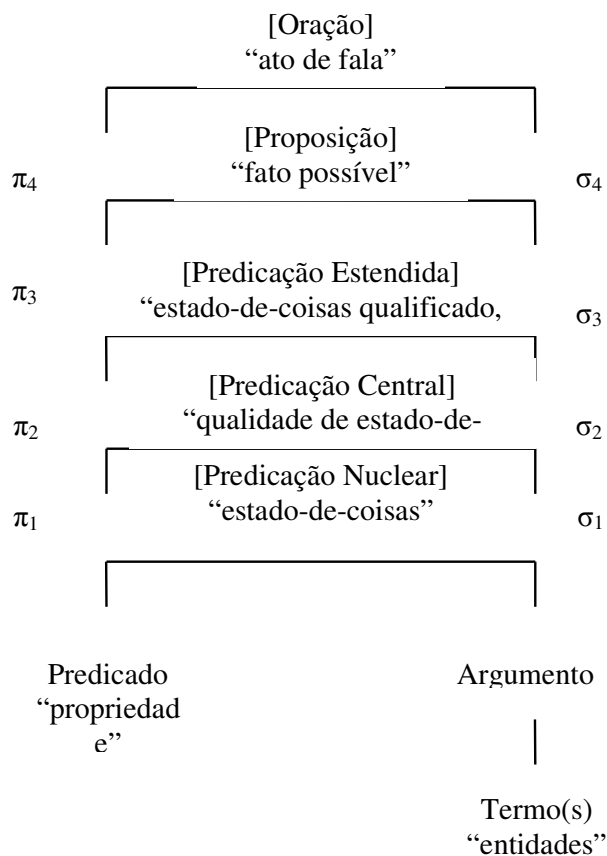


Figura 1: Estrutura da oração em camadas, Dik (1997a, p.50).

A tipologia das modalidades proposta por Dik (1997a) identifica modalidades alojadas em diferentes níveis da oração. No nível da predicação, encontram-se as modalidades **Inerente** e **Objetiva**, que modificam a relação entre um participante e um estado-de-coisas (Dik, 1997a). A Modalidade objetiva expressa a “avaliação que o falante faz da realidade de um estado-de-coisas em termos de seu conhecimento dos estados-de-coisas possíveis” (Dik, 1997a, p.242)¹³. Nessa categoria está a **Modalidade Objetiva deontica**, em que “a realidade de um estado-de-coisas é avaliada em termos de um sistema de normas morais, legais ou sociais”¹⁴. Sobre esse campo de modalidade, Dik distingue uma escala, onde a modalidade

¹³ Objective modality distinctions express the speaker’s evaluation of the likelihood of occurrence (the actuality) of the SoA.

¹⁴ (...) the actuality of the SoA is evaluated in terms of moral, legal, or social norms.

deôntica compreende o *continuum* “Obrigatório-Aceitável-Permissível-Inaceitável-Proibido”. Nessa categoria está também a Modalidade Objetiva epistêmica. Na categoria Inerente estão as modalidades **Dinâmica de volição** e Dinâmica de habilidade, que consistem na expressão da “habilidade ou desejo de um participante realizar um estado-de-coisas” (Dik, 1997a, p. 241)¹⁵, e a **Modalidade Inerente deôntica**.

No nível da proposição, encontram-se as modalidades Epistemológicas Subjetiva e Evidencial. A modalidade Subjetiva, que expressa “o comprometimento do falante com relação à verdade da proposição expressa” (Dik, 1997a, p.242)¹⁶, compreende a modalidade Epistêmica e a denominada **modalidade Boulomaica**, em que o “falante expressa seu desejo que uma determinada situação se realize, enquanto ao mesmo tempo caracteriza essa situação como não-real”.

Como menciona Dik (1997a), a grande diferença entre Modalidade Objetiva e Modalidade Subjetiva é que “no caso da modalidade objetiva a avaliação é apresentada como sendo independente da opinião pessoal do falante, enquanto na modalidade subjetiva a asserção está claramente restrita à opinião pessoal do falante” (Dik, 1997a, p.242)¹⁷. Ainda na proposta de Dik (1997a), verifica-se que a modalidade deôntica não é localizada na categoria subjetiva. A respeito disso, Neves (1996, p.189) comenta que “a modalidade deôntica não está relacionada a uma avaliação do falante, mas a uma ação do próprio falante ou de outros”.

Essa acomodação das modalidades nas camadas da estrutura oracional pode ser observada abaixo:

¹⁵ (...) the ability or the willingness of a participant to do the SoA (...).

¹⁶ (...) the speaker’s personal commitment to the truth of proposition.

¹⁷ (...) in the case of objective modality the assessment is presented as being independent of S’s personal opinion, whereas in subjective modality the claim is expressly restricted to S’s personal opinion.

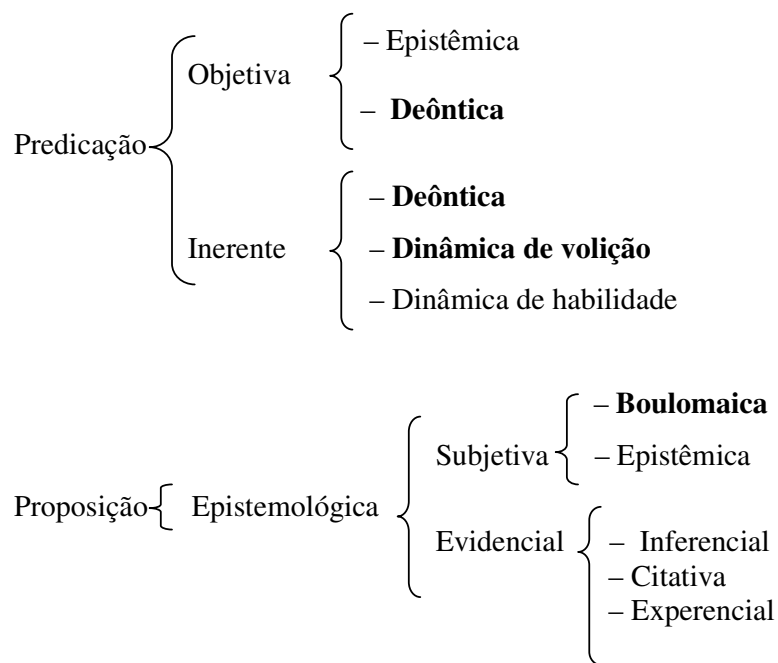


Figura 2: As modalidades volitiva e deôntica na estrutura oracional em camadas.

Nota-se, a partir dessa subcategorização, que a volição aparece expressa em dois subtipos de modalidades: na modalidade **Dinâmica de volição** e na **Modalidade Subjetiva Boulomaica**. As diferenças entre elas encontram-se, sobretudo, na camada em que cada uma opera e na expressão ou não da opinião do falante (subjetividade).

A modalidade deôntica também aparece expressa em dois tipos de modalidade: na categoria Inerente e na categoria Objetiva. Como mencionado, a modalidade deôntica não se insere, na proposta de Dik (1997a), na categoria subjetiva, não operando, portanto, no nível da proposição.

A partir da GF, vários estudos foram feitos em direção a uma gramática que englobasse também porções maiores do discurso, numa tentativa de se expandir o modelo da GF para uma Gramática Funcional do Discurso (GFD). Essa expansão já era prevista pelo próprio Dik no último capítulo de sua gramática. Para Dik (1997b), os usuários de línguas naturais não falam usando frases isoladas, mas as combinam em seqüências mais longas e

mais complexas. Dessa forma, para a GFD, o discurso inclui tanto unidades maiores quanto unidades menores que a sentença. Vale dizer ainda que a noção de discurso empregada na GFD distancia-se da noção de discurso utilizada em outras teorias como a Análise de Discurso de linha francesa, de caráter histórico e ideológico; para a GFD, discurso é texto e interação.

Chega-se assim ao modelo hierárquico e modular de gramática, proposto por Hengeveld (2004a, b) e em desenvolvimento por Hengeveld e Mackenzie (2006). Este modelo é caracterizado por quatro principais níveis no interior da Gramática, o Nível Interpessoal, o Nível Representacional, o Nível Morfossintático e o Nível Fonológico; e dois módulos externos a ela, o Componente Cognitivo e o Componente Contextual. Os níveis Interpessoal e Representacional, esquematizados nesse novo modelo, já estavam previstos em Hengeveld (1989) e Dik (1997a). Ao nível Interpessoal, estão relacionadas funções pragmáticas das expressões linguísticas e, ao nível Representacional, estão relacionadas funções semânticas. Observa-se abaixo um esboço da GFD (Hengeveld, 2004a):

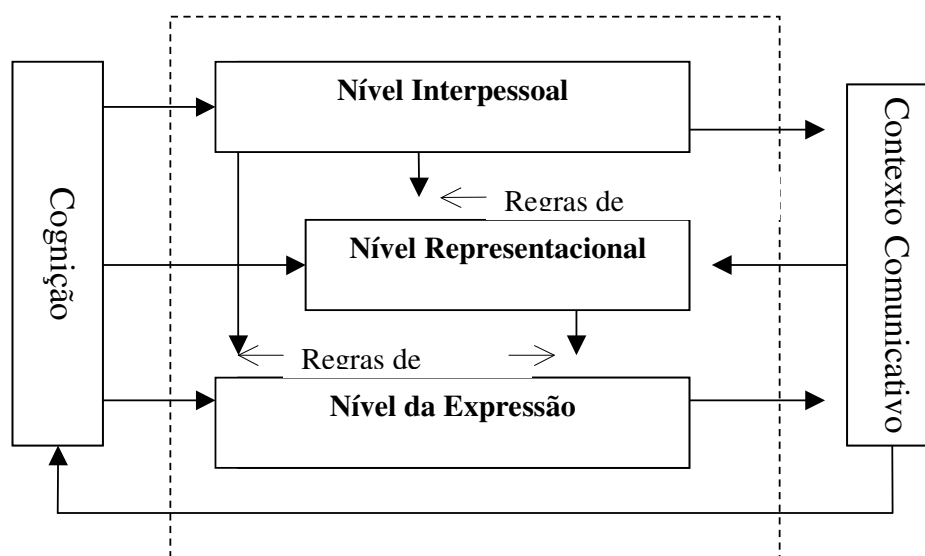


Figura 3: Modelo da Gramática Funcional do Discurso.

Tanto o modelo da GF quanto o modelo da GFD levam em conta fatores pragmáticos e contextuais. O recente modelo da GFD apresenta dois blocos muito importantes representados fora da gramática, mas que interagem diretamente com ela, que são o Componente Contextual e o Componente Cognitivo. Estudos pormenorizados de cada um deles ainda não foram realizados no interior da GFD.

A partir da proposta de uma Gramática Funcional do Discurso, Verstraete (2004) propõe algumas mudanças no posicionamento da modalidade deôntica. Ao estudar o comportamento de verbos auxiliares em inglês, Verstraete (2004) nota alguns problemas com a distinção entre objetivo e subjetivo. Como ele mostra, Hengeveld afirma que a interrogação e a condicionalidade são dois critérios para se distinguir a modalidade objetiva da subjetiva: “predicações objetivamente modalizadas podem ser questionadas, as subjetivamente modalizadas não; [...] predicações objetivamente modalizadas podem ser hipotetizadas numa oração condicional, as subjetivamente modalizadas não podem” (HENGEVELD, 1988, apud VERSTRAETE, 2004, p. 248).¹⁸ Verstraete nota que esses dois critérios adotados para distinguir essas duas categorias não se aplicam aos modais do inglês. Como ele aponta, no caso da condicionalidade, “os modais subjetivos na *protasis* da construção condicional invariavelmente se tornam ecóicos: eles não expressam a opinião corrente do falante, mas ecoam uma opinião que foi dita ou está implicada pelo discurso precedente” (VERSTRAETE, 2004, p.249)¹⁹; no caso da interrogação, “o comprometimento codificado pelo modal se submete a uma mudança de orientação sob a influência da interrogação (VERSTRAETE, 2004, p.250)²⁰”. Para ele, os efeitos de interpretação ecóica para os condicionais e a mudança

¹⁸ Objectively modalized predications can be questioned, subjectively modalized ones cannot. [...] Objective modalized predications can be hypothesized in a conditional sentence, subjective modalized ones cannot.

¹⁹ Subjective modals in the protasis of conditional constructions invariably become echoic: they do not express the current speaker’s opinion, but echo an opinion that has been voiced in or is implied by the preceding discourse.

²⁰ the commitment encoded by the modal undergoes a shift of orientation under the influence of interrogation.

de orientação para as interrogativas são explicados como consequência do fato de modais subjetivos fazerem parte da organização interpessoal da oração.

Com base nessas reflexões, tal autor afirma que a modalidade deôntica também pode ser subjetiva e não apenas objetiva, como postulava o modelo anterior. Para ele, a modalidade deôntica, antes inserida nas categorias objetiva e inerente apenas, ocupa um novo espaço na categoria subjetiva, pois há casos em que “o falante não avalia a realidade de um estado-de-coisas, mas expressa seu comprometimento com a permissão ou a obrigação (VERSTRAETE, 2004, p.255).²¹”. A partir dos critérios de verificação de modalidade subjetiva, nota-se que a modalidade deôntica subjetiva apresenta, assim como a epistêmica subjetiva, um efeito ecóico em orações condicionais e uma transferência da responsabilidade do modal para o interlocutor no próximo turno, em contextos interrogativos.

Uma das diferenças entre a modalidade epistêmica subjetiva e a modalidade deôntica subjetiva é que, segundo ele, “modalidade epistêmica subjetiva diz respeito à verdade das proposições enquanto modalidade deôntica subjetiva diz respeito ao desejo de ações (VERSTRAETE, 2004, p. 244).²²”. Outra característica que distingue a modalidade epistêmica subjetiva da deôntica subjetiva é o fato de a primeira localizar a realização de um estado-de-coisas no presente, passado ou futuro relativo a um ponto temporal zero, ou seja, ela é localizada no tempo; já a segunda modalidade não; ela codifica o comprometimento do falante com o desejo de uma ação, em que o estado-de-coisas que expressa esse comprometimento não está localizado em um ponto temporal zero, mas representa uma ação virtual.

Como aponta Bolkenstein (1980: 36-47, apud VERSTRAETE, 2004), modais deônticos podem apresentar características que o imperativo não apresenta, como marca de

²¹ (...) the speaker does not evaluate the actuality of the SoA, but express his commitment to the permission or obligation.

²² subjective epistemic modality deals with the truth of propositions, whereas subjective deontic modality deals with the desirability of actions..

tempo e marca de atitudes proposicionais. Dessa forma, com relação aos dois tipos de modalidades deônticas, nota-se que a modalidade deôntica objetiva distingue-se da modalidade deôntica subjetiva pelo fato de a última equivaler ao imperativo, ou seja, expressar o comprometimento do falante com relação ao desejo de ação e operar em estados-de-coisas sem marca de tempo. Ao contrário, a modalidade deôntica objetiva é marcada com tempo, permite a expressão de marcadores de atitudes proposicionais e, ainda, em interrogações, a responsabilidade transferida ao interlocutor do próximo turno não é deôntica, mas epistêmica.

Em outro estudo do funcionalismo holandês sobre a modalidade, Hengeveld (2004c) entende volição e ordem como duas modalidades distintas, atribuindo às modalidades deôntica e volitiva diferentes funções.

Tal autor faz a distinção entre três “alvos de avaliação” (*target of evaluation*) da modalidade: o participante, o evento e a proposição. A modalidade orientada para o participante “afeta a parte relacional do enunciado expressa por um predicado e refere-se à relação entre (propriedades de) um participante em um evento e a potencial realização desse evento²³” (HENGEVELD, 2004c, p.1192). A modalidade orientada para o evento “afeta a descrição do evento contido no enunciado, isto é, a parte descritiva do enunciado, e diz respeito à avaliação objetiva do estatuto de realidade do evento²⁴” (HENGEVELD, 2004c, p.1193). Por fim, a modalidade orientada para a proposição “afeta o conteúdo proposicional de um enunciado, isto é a parte do enunciado que representa a crença e o ponto de vista do

²³ [This type of modality] affects the relational part of utterance as expressed by a predicate and concerns the relational between (properties of) a participant in a event and the potencial realization of that event. .

²⁴ [This type of modality] affects the event description contained within the utterance, i. e. the descriptive part of utterance, and concerns the objective assessment of the actuality status of the event. .

falante, e diz respeito à especificação do grau de comprometimento do falante em relação à proposição que ele está apresentando²⁵” (HENGEVELD, 2004c, p.1193).

Para Hengeveld (2004c), a modalidade deôntica pode ocorrer com orientação para o participante e para o evento. A modalidade deôntica orientada para o participante descreve um participante sob uma obrigação ou recebendo permissão para se engajar no tipo de evento descrito pelo predicado. A modalidade deôntica orientada para o evento caracteriza o evento em termos do que é obrigatório dentro de um sistema de convenções morais e legais.

Já a modalidade volitiva pode aparecer como orientada para o falante, para o evento ou para a proposição. A modalidade volitiva orientada para o participante “descreve o desejo de um participante de engajar-se no tipo de evento descrito pelo predicado”. A modalidade volitiva orientada para o evento “caracteriza o evento em termos do que é geralmente desejável ou indesejável²⁶” (HENGEVELD, 2004c, p.1193). Por fim, a modalidade volitiva orientada para a proposição “difere-se da orientada pelo participante por ser o falante a origem da atitude volicional, e não um participante em um evento descrito no interior da sentença” (HENGEVELD, 2004c, p.1193).²⁷

Por fim, tendo em vista essas diferentes propostas de estudo da modalidade sob uma ótica funcionalista da linguagem, este trabalho assume, ainda que provisoriamente, o ponto de vista desenvolvido pelo recente trabalho sobre modalidade de Hengeveld (2004c), que vê os valores de volição e de ordem separadamente. Espera-se que a descrição dos dados permita confirmar se esses valores semânticos compõem uma ou duas modalidades distintas.

Para verificar se esses valores manifestam-se como dois tipos distintos de modalidade ou se há sobreposição semântica entre esses valores, é fundamental que se observe a

²⁵ [This type of modality] affects the propositional content of an utterance, i. e. part of the utterance representing the speaker’s views and beliefs, and concerns the specification of the degree of commitment of the speaker towards the proposition he is presenting .

²⁶ Volitive event-oriented modality characterizes events in terms of what is generally desirable or undesirable.

²⁷ Volitive proposition-oriented modality differs from its participant-oriented counterpart in the the source of the volitional attitude is the speaker, and not a participant in the event described within the sentence.

linguagem em uso. Para tanto, serão apresentadas algumas características das situações comunicativas em que se inserem os discursos que compõem o *corpus* desta pesquisa.

CAPÍTULO II

A HIERARQUIA SOCIAL E A EXPRESSÃO DA ORDEM E DO DESEJO

1. HIERARQUIA E AUTORIDADE NO MODELO DE INTERAÇÃO VERBAL

Sabe-se que, nas relações humanas, cada indivíduo desempenha um determinado papel em cada uma das esferas em que atua socialmente. Na esfera familiar, por exemplo, são atribuídos valores diversos aos diferentes membros da família, em que os pais, geralmente, desempenham papel de autoridade com relação aos filhos. Assim também acontece em esferas maiores da organização social humana. A depender da cultura e das convenções sociais, um indivíduo pode ou não ocupar uma posição superior e deter poder ou autoridade diante de outros. Nesse sentido, o papel e a posição hierárquica que cada um desempenha nos diferentes processos de interação é fundamental para se entender quem está subordinado a quem, quem obedece a quem.

Além de se organizar socialmente, dentre todos os seres vivos, o ser humano é o único a dispor de um sistema lingüístico, abstrato e complexo, que o auxilia a se relacionar uns com os outros. O homem, como ser social que é, dispõe da linguagem verbal para que possa interagir com outros seres humanos.

Sob um ponto de vista pragmático da linguagem, em sua gramática funcional, Dik (1997) propõe o que ele chama de “modelo de interação verbal”, preocupando-se com a linguagem verbal e sua relação com o contexto e com a intenção dos falantes. Nesse modelo de interação verbal proposto, a linguagem é concebida como mediadora do processo de interação entre os falantes, como se observa abaixo:

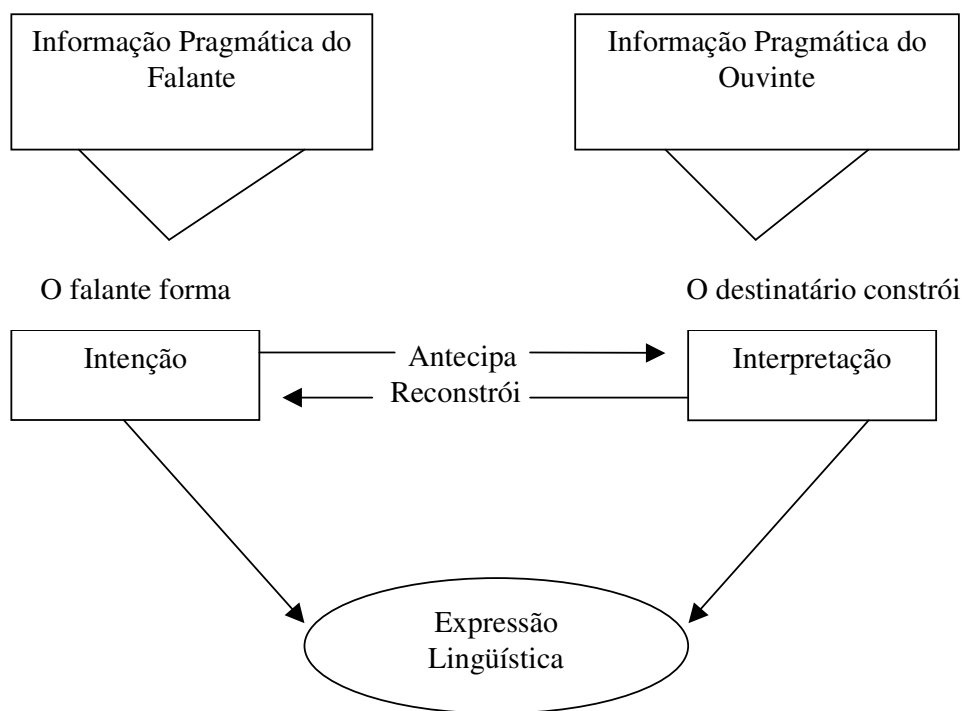


Figura 4: Modelo de interação verbal (Dik, 1997).

De acordo com Dik (1997), a maneira como se dá a produção das expressões lingüísticas depende de fatores como a intenção do falante, a sua informação pragmática e a antecipação que ele faz da interpretação do ouvinte, com base na informação pragmática que ele acredita estar disponível ao ouvinte. Por outro lado, a interpretação feita pelo ouvinte depende da expressão lingüística, da informação pragmática que ele dispõe e da hipótese sobre a intenção comunicativa do falante. Entende-se informação pragmática como um conjunto de conhecimentos, crenças, suposições, opiniões e sentimentos disponíveis a um indivíduo em dado momento da interação. Assim, no processo de interação entre falante e ouvintes, não são importantes apenas as informações contextuais e situacionais, mas também o conhecimento de mundo de que cada participante dispõe.

É importante dizer que no processo de produção lingüística falante e ouvinte levam em consideração o conhecimento partilhado entre eles, assim como a antecipação que cada um

faz do conhecimento do outro. Assim, o falante faz uma antecipação do que acredita que o ouvinte já saiba para produzir sua fala e, da mesma forma, o ouvinte também faz uma antecipação daquilo que o falante conhece ao interpretar a expressão lingüística que lhe foi dirigida.

O conhecimento partilhado entre falante (F) e ouvinte (O) e a idéia que cada um faz sobre as informações pragmáticas do outro é assim esquematizado por Dik (1997a, p.11):

$(P_O)_F$	o que (F) pensa sobre a informação pragmática de (O)
$((P_O)_F)_O$	o que (O) pensa sobre o que (F) pensa sobre a informação pragmática de (O)
$((((P_O)_F)_O)_F)$	o que (F) pensa sobre o que (O) pensa sobre o que (F) pensa sobre a informação pragmática de (O) ²⁸

O mesmo autor diz ainda que o ouvinte faz uso de muito mais informações do que as que estão contidas na expressão lingüística. O conteúdo semântico de uma expressão lingüística nem sempre é suficiente para que o ouvinte detecte a real intenção comunicativa do falante.

Segundo Dik (1997a), no processo de interpretação, o ouvinte leva em consideração não só a informação que já está contida na expressão lingüística, mas também a informação pragmática e contextual. Assim, do ponto de vista do falante, não é necessariamente preciso que a informação lingüística contenha suas intenções plenamente verbalizadas, uma vez que uma verbalização parcial de sua intenção já pode ser suficiente. Geralmente, uma verbalização indireta pode ser muito mais eficaz do que uma expressão direta da intenção.

28

$(P_A)_S$	what S thinks about the pragmatic information of A.
$((P_A)_S)_A$	what A thinks about what S thinks about the pragmatic information of A.
$((((P_A)_S)_A)_S)$	what S thinks about what A thinks about what S thinks about A's pragmatic information.

(Dik 1997a, p.11)

Caso o ouvinte não seja capaz de chegar a uma interpretação razoável da intenção comunicativa do falante, haverá, então, um mal-entendido.

Tendo em vista o modelo de interação verbal de Dik (1997a), pode-se dizer ainda que no processo de interação entre os falantes de uma língua, a suposição que se fazem previamente falante e ouvinte é muito importante para que determinada expressão lingüística seja interpretada de uma forma e não de outra.

É a partir da suposição que o destinatário tem de um dado falante e da suposição que o falante tem de dado(s) destinatário(s) que se instaura a relação de autoridade entre os interlocutores. Feita a suposição de que um falante é superior hierarquicamente a um ouvinte e de que o ouvinte é hierarquicamente inferior a um falante, as expressões lingüísticas produzidas pelo falante na interação entre ele e seu(s) ouvinte(s) poderão ser interpretadas com sentidos diferentes daqueles que literalmente apresentavam. O reconhecimento do papel social e da superioridade hierárquica de um falante é fundamental para fazer com que se reconheça sua expressão de fala como ordem, pedido etc.

No inter-relacionamento humano, há, porém, uma troca de autoridade constante entre falante e ouvinte, dependendo das diferentes situações em que eles interagem. Há situações em que X tem autoridade diante de Y e há situações em que o mesmo Y tem autoridade diante do mesmo X. Há situações de interação em que a relação de autoridade entre falante e interlocutor é caracterizada por um papel mais ou menos fixo, como, por exemplo, um patrão que se dirige a um empregado, um professor a um aluno, um prefeito a seus secretários. Há, porém, determinadas situações interativas em que há troca constante de autoridade entre falante e ouvinte, a depender do tipo de situação e do tipo de relação entre cada um dos participantes (relação maior de amizade, conversa descontraída etc.). Há momentos em que, mesmo desempenhando um papel fixo de autoridade, um dado participante pode receber um

pedido ou ordem de um subalterno ou mesmo diluir essa relação assimétrica com seu interlocutor.

Assume-se, portanto, que o reconhecimento do papel social e da posição hierárquica ocupada por cada indivíduo é determinante para que se estabeleça uma relação de autoridade entre falante e ouvinte em determinadas situações interativas.

2. PRODUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE UMA EXPRESSÃO DE ORDEM

Toda expressão de pedido ou ordem apresenta uma origem, seja ela uma pessoa, seja ela uma instituição, e se dirige a algo ou alguém que possa cumpri-la ou executá-la. Mas, para que um destinatário de uma ordem a obedeça, duas condições são essenciais: reconhecer a autoridade de onde a ordem tenha se originado e reconhecer ou interpretar uma expressão lingüística como ordem.

Como já fora mencionado, a imagem que o ouvinte faz do falante é fundamental no processo de interpretação de uma expressão lingüística. Dessa forma, é a superioridade hierárquica de um falante que pode permitir ao destinatário entender e aceitar uma expressão sua como ordem, pedido ou comando.

Ao ser produzida, uma expressão lingüística pode ou não ser uma verbalização completa da intenção do falante. Mesmo que a intenção de um falante seja a de enviar uma ordem ou fazer um pedido a seu ouvinte, sua expressão lingüística pode ou não verbalizar explicitamente essa intenção. Caso a intenção do falante não seja verbalizada explicitamente na expressão lingüística, caberá ao ouvinte recuperá-la.

Dessa forma, a natureza de uma ordem pode ser diversa, podendo ser explícita ou implícita, direta ou indireta. A depender de sua relação com o ouvinte, um falante pode se

dirigir com mais autoridade, expressando diretamente sua intenção de ordem, ou dirigir-se de modo menos impositivo, transmitindo sua intenção de ordem de maneira implícita.

Essa possibilidade de certas intenções do falante serem expressas de maneira direta ou indireta pelas expressões lingüísticas foi objeto de estudos de Searle (1975), tendo por base a *Teoria dos Atos de fala* de Austin e os *Princípios de cooperação* de Grice. Searle (1975) menciona casos em que uma sentença com determinada força ilocucionária em um tipo de ato ilocucionário pode ser expressa por outro tipo de ato ilocucionário. É o que ele chama de **Ato de fala indireto**. Para ele, um ato de fala indireto se dá quando um ouvinte entende uma sentença com um sentido diferente daquele expresso por ela literalmente, percebendo a real intenção do falante. A interpretação de um ato de fala indireto, segundo ele, está relacionada ao conhecimento partilhado entre falante e ouvinte, bem como à habilidade de o ouvinte ser capaz de fazer inferências.

Atos de fala indiretos são comumente utilizados na expressão de diretivos. Assim, uma pessoa que quer que outra lhe passe o sal durante um jantar, ao invés de dizer uma sentença imperativa “passe-me o sal”, pode fazer uma sentença interrogativa “você pode me passar o sal?”. Nesse exemplo, o que o ouvinte entende quando o falante lhe faz a interrogação é que ele quer que o sal lhe seja passado e não se ele tem a capacidade de lhe passar o sal, como propõe o sentido literal da frase. No caso dos diretivos, a maior motivação para a formulação de atos de fala indiretos é a polidez.

Também Dik (1997b), com base nos estudos de Austin (1962) e de Searle (1969), preocupa-se com sentenças em que a ordem ou o pedido podem ser feitos indiretamente ao ouvinte. Tal autor denomina de **Conversão Ilocucionária** o processo em que uma dada ilocução é convertida em outra ilocução. Dik (1997b), a partir de um estudo tipológico, menciona quatro ilocuições básicas: Declarativa, Interrogativa, Imperativa e Exclamativa. Assim, conforme previsto no modelo de interação verbal, a interpretação de uma sentença

interrogativa ou afirmativa como um pedido ou ordem depende da interpretação que o ouvinte faz da intenção do falante. Dessa forma, Dik difere a “intenção ilocucionária do falante”, a “ilocução como foi codificada na expressão” e “a interpretação ilocucionária do ouvinte”. Em uma sentença como “pode me passar o sal?”, a intenção ilocucionária do falante é de pedido, a ilocução codificada na expressão é de interrogação e, no caso de o ouvinte interpretar corretamente a intenção do falante, a interpretação ilocucionária do ouvinte é de pedido.

Dik distingue ainda dois tipos de conversão ilocucionária: a gramatical e a pragmática. Na conversão ilocucionária gramatical, a conversão se dá por meio de alguma expressão codificada lingüisticamente, como em “ele é aluno novo, não é?”, onde a frase afirmativa é convertida em uma frase interrogativa por meio da interrogativa final “não é”. Ele cita três tipos de conversão ilocucionária gramatical, casos em que uma expressão Declarativa pode ser convertida em Interrogação ou em Pedido, uma expressão Interrogativa pode ser convertida em Pedido, Questão retórica ou Exclamação e, por fim, uma expressão Imperativa pode ser convertida em Pedido ou em Exclamação. Já na conversão ilocucionária pragmática, não há nenhuma informação lingüística codificada que permita ao ouvinte chegar ao sentido previsto na intenção do falante, como em “você pode me passar o sal?”, onde sua interpretação como pedido ou ordem depende da capacidade do ouvinte de calcular a intenção do falante.

De modo muito parecido, tanto Dik (1997b) quanto Searle (1975) tratam da questão de uma sentença com uma dada força ilocucionária expressar uma outra força ilocucionária prevista na intenção do falante.

No modelo de interação verbal, fica claro como a informação pragmática do falante e do ouvinte, a antecipação que cada um se faz mutuamente e a capacidade de o ouvinte interpretar a expressão lingüística e reconstruir a intenção do falante, são importantes para se entender fenômenos lingüísticos como este, em que a expressão de uma ordem se dá de

maneira indireta. Também o novo modelo da Gramática Funcional do Discurso (Hengeveld, 2004; Hengeveld e Mackenzie, 2006; Hengeveld e Mackenzie, versão preliminar) prevê uma interação da gramática da língua com os componentes contextual e cognitivo. Porém, como já mencionado, faltam ainda estudos mais detalhados de cada um desses componentes nesse novo modelo. O modelo da GFD apresenta também uma maior adequação psicológica no que se denomina modo *top-down* de se trabalhar, ao partir da intenção do falante para a formulação da expressão lingüística. Abaixo, pode-se verificar isso:

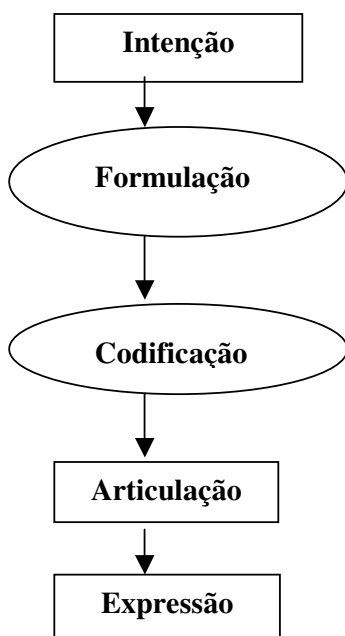


Figura 5: Organização *Top-Down* da GFD.

Como aponta Hengeveld (2004a), o falante toma uma decisão, seleciona a informação mais adequada para atingir seu interesse, codifica essa informação, gramaticalmente e fonologicamente, e finalmente transforma em articulação.

Enfim, a produção de uma ordem por um falante está na articulação de sua intenção de que o ouvinte faça ou obedeça algo somada à sua imagem de autoridade feita por seu interlocutor. Por outro lado, a interpretação de uma ordem por parte do ouvinte se realiza no

reconhecimento e aceitação da autoridade do falante e na capacidade de calcular sua intenção, explicitamente verbalizada ou não na expressão lingüística.

3. A AUTORIDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Determinados os elementos essenciais para que uma expressão de ordem seja assim entendida por um ouvinte, é necessário agora explicar a relação de autoridade de um presidente da república diante de seus interlocutores, tendo em vista os propósitos deste trabalho.

Como fora mostrado até agora, fatores culturais podem interferir no processo de reconhecimento de uma ordem emitida por um falante. Somente emitir uma ordem não implica que o destinatário a cumpra; é preciso que o falante detenha autoridade para exigir de seu destinatário a execução de uma tarefa. A hierarquia social e a autoridade do falante são fatores determinantes para que haja o reconhecimento da ordem por parte do destinatário.

Nesse sentido, Lyons (1977, p. 827) cita como exemplo um falante que emite uma ordem a um dado destinatário. O destinatário pode até reconhecer a expressão de ordem, expressa pela força ilocucionária, no entanto, ainda que ele reconheça essa expressão lingüística como ordem, é necessário que o falante detenha autoridade para lhe cobrar uma ação, caso contrário o interlocutor poderá se abster de realizá-la.

De modo semelhante, Austin (1962) fala em “infelicidade” (*Infelicity*), quando um performativo é expresso e não apresenta o efeito que deveria ter. É um caso de “infelicidade”, o exemplo de um destinatário não executar uma ordem dada por um falante que não detém de autoridade em certa circunstância. Para que um performativo tenha um funcionamento “feliz” (*happy*), é preciso haver um procedimento convencional aceito, incluindo a expressão adequada de certas palavras por certas pessoas em certas circunstâncias.

Lozano (1990) também cita uma série de exemplos cuja origem do dever emana de certas autoridades numa dada cultura. Cita a autoridade divina, nos dez mandamentos, cita o poder do Estado, na constituição do México, cita a autoridade familiar num texto de García Márquez, da avó diante da neta, e cita a autoridade moral, do reitor da *Universidad Nacional de México*, num pronunciamento em uma conferência.

Pode-se dizer que, em nossa sociedade, é consensual entre todos que o presidente da república é a maior autoridade política de um Estado. Ao seu poder estão submetidos não só as pessoas que lhe prestam serviços, mas toda a população de um país.

A questão do poder centrado na mão de governantes não é recente. Como mencionam Chauí (2001), Lebrun (1999) e Charadeau (2006), uma série de filósofos e cientistas políticos vêm se debruçando sobre a questão do poder político desde a Antigüidade. Nesse sentido, Chauí (2001) propõe as seguintes questões: “porque indivíduos isolados formam uma sociedade?” e “por que indivíduos independentes aceitam submeter-se ao poder político e às leis?”.

Conforme Chauí (2001), um dos primeiros filósofos a discutir o poder soberano foi Thommas Hobbes, em sua famosa obra intitulada *O Leviatã*. Nesse livro, ele apresenta os conceitos de *estado de natureza* ou de *condição natural* para explicar a condição pela qual os indivíduos vivem isoladamente em situação pré-social. Para Hobbes, os homens são naturalmente egoístas e, em estado de natureza, vivem isolados e em luta constante, ou como ele mesmo diz “o homem é lobo do homem”. Então, para fazer cessar essa vida ameaçadora, dá-se a um soberano o poder de assegurar a boa vida de todos. É esse soberano que ele chama de Leviatã, podendo ser associado à figura do rei, numa menção à monarquia.

Sob uma perspectiva um pouco diferente, ainda conforme Chauí (2001), está Jean Jacques Rousseau em *O contrato social*. Para o filósofo francês, num estado pré-social, o homem vive na condição de *bom selvagem inocente*, que acaba quando um indivíduo toma

posse de algo e cria a propriedade privada. Surge aí o *estado de sociedade*, no qual prevalece a guerra de todos contra todos (como no *estado de natureza* de Hobbes). Mais uma vez, é na criação da sociedade civil, com poder político e leis, que se concede a um governante a soberania em troca do bem comum dessa sociedade. Mas, diferentemente de Hobbes, Rousseau considera que a vontade do soberano deve corresponder à vontade do povo que o elege. Essa visão de soberania está diretamente associada à democracia. Segundo Charradeau (2006), Hanna Arendt, uma cientista política contemporânea, também defende uma visão de que o poder do governante está associado ao desejo popular. Como menciona a filósofa (apud CHARRADEAU, p. 22) “quando declaramos que alguém está no poder, entendemos por isso que ele recebeu de certo número de pessoas o poder de agir em seu nome”.

A democracia é o modelo político adotado no Brasil e em uma série de outros Estados. Nesse modelo político, o presidente é escolhido por eleições diretas pelo povo, para representar-lhe no poder Executivo.

Enfim, o intento aqui não é o de ir a fundo nas questões filosóficas concernentes ao poder político, mas apenas deixar claro que o poder que detém o presidente é um poder soberano e legitimado. Em nome do próprio povo que o elege e da Constituição Federal que lhe outorga esse direito, o presidente da República, ao administrar o Estado, está autorizado a fazer uso de sua autoridade.

CAPÍTULO III

CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

1. CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

Com base na hipótese de que expressões volitivas podem designar ordem quando o falante detém poder sobre seus interlocutores, tomaram-se os discursos do presidente Luís Inácio Lula da Silva proferidos no período entre 2003 e 2006 para constituir um *corpus* representativo de uma situação de interação em que o falante pode se apresentar em posição hierárquica superior a uma série de interlocutores, haja vista ser ele a figura mais alta na hierarquia social de uma nação.

O conjunto de discursos que constitui o *corpus* apresenta natureza diversa. A grande maioria deles foi, inicialmente, escrita pelo secretário-geral Luiz Dulci, e posteriormente pronunciada pelo presidente da República em diferentes eventos e cerimônias. Há ainda trechos marcados pelo improviso, que foram transcritos nos discursos em questão, e discursos inteiramente improvisados pelo próprio presidente. Vale notar que, apesar de o presidente dispor de um secretário para auxiliá-lo na elaboração de suas falas, assim como praticamente todos os outros presidentes dispuseram, a voz é sempre do chefe da nação; ou seja, quem tem a autoridade de dizer o que está sendo dito é o presidente da República.

Tais discursos são divulgados pela imprensa escrita, estando disponíveis em *sites* especializados relacionados ao governo, como o *site* da presidência da república

(www.presidencia.gov.br), o *site* da Radiobrás (www.radiobras.gov.br) e o *site* do Ministério das Relações Exteriores (www.mre.gov.br), como também em publicações de jornais.

Na composição do *corpus*, foram privilegiados momentos políticos diferentes no percurso do governo do presidente Lula, como situações em que a credibilidade do falante é alta e situações em que, após denúncias de corrupção, essa credibilidade é questionada. Acredita-se que tais situações têm influência sobre a manifestação modal ou mesmo sobre o tipo de interpretação que o interlocutor possa fazer da expressão volitiva.

Durante a seleção desses discursos, procuraram-se pronunciamentos em que o presidente se dirigisse a interlocutores com as quais mantém diferentes relações hierárquicas. Foram selecionados tanto discursos em que os interlocutores pretendidos são membros da equipe de governo e, portanto, subordinados ao presidente, como discursos em que há graus de igualdade hierárquica entre o presidente e seus interlocutores, também eles chefes de Estado ou representantes de nações estrangeiras. Vale notar ainda que, tendo em vista o fato de o público de cada discurso não ser sempre homogêneo, tomou-se o cuidado de privilegiar as situações em que o presidente se dirige, direta ou indiretamente, a diferentes grupos de interlocutores com os quais mantém diferentes relações hierárquicas.

Ainda que não fosse possível controlar a extensão de palavras de cada um dos discursos, uma vez que excluir um ou outro texto não permitiria contemplar um número relevante de interlocutores, buscou-se manter um equilíbrio na somatória do número de palavras dos discursos “antes da crise”, com 28000 palavras, e “depois da crise”, com 27612 palavras. Já com relação à hierarquia, não foi possível chegar a uma igualdade numérica de discursos simétricos e assimétricos, uma vez que há uma certa fluidez dessas relações entre os interlocutores nos discursos.

Seguem, abaixo, os discursos selecionados, com a indicação do local e da data em que foram pronunciados:

Sigla	Discurso	Local e data:
D1	Sessão de Posse no Congresso Nacional	Brasília, 01/01/2003
D2	Cerimônia de Instalação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social	Palácio do Planalto, 13/02/2003
D3	Reunião de Cúpula do Mercosul	Assunção, 18/06/2003
D4	Doação para o fundo mundial de combate à fome e à miséria	Nova York, 25/09/2003
D5	Conselho de Relações Internacionais (Council on Foreign Relations)	Nova York, 25/09/2003
D6	Ato de Prestação de Contas do Ano de 2003	Palácio do Planalto, 18/12/2003
D7	Cerimônia de sanção da Lei de Renda Básica de Cidadania	Palácio do Planalto, 08/01/2004
D8	Abertura da 7ª Marcha dos Prefeitos	Brasília-DF, 16/03/2004
D9	Abertura da 45ª Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitos	Goiânia-GO, 17/05/2004
D10	Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização	Nova York, 20/09/2004
D11	Reunião de líderes mundiais para a “Ação contra a fome e a pobreza”	Nova York, 20/09/2004
D12	Reunião de Cúpula do Mercosul	Ouro Preto-MG, 17/12/2004
D13	Reunião entre Chefes de Estado e/ou de Governo da África do Sul, China, Índia e México	Gleneagles-Escócia, 07/07/2005
D14	Cerimônia de posse do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho	Palácio do Planalto, 12/07/2005
D15	Cerimônia de apresentação do Projeto de Lei de Educação Superior e posse do ministro da Educação, Fernando Haddad	Palácio do Planalto, 29/07/2005
D16	Abertura de Reunião Ministerial	Granja do Torto, Brasília, 12/08/2005
D17	Reunião de Cúpula do Conselho de Segurança das Nações Unidas	Nova York, 14/09/2005
D18	Abertura da Primeira Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações – CASA	Palácio Itamaraty, Brasília, 29/09/2005
D19	Celebração do 60º aniversário da FAO	Roma, 17/10/2005
D20	15ª reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)	Palácio do Planalto, Brasília, 01/12/2005
D21	Reunião de Cúpula do MERCOSUL	Montevideu-Uruguai, 09/12/2005
D22	Cerimônia de posse dos novos ministros de Estado	Palácio do Planalto, 03/04/2006

Tabela 1: discursos selecionados.

2. O PRESIDENTE LULA E SEUS DISCURSOS

Uma vez entendidos os critérios de constituição do *corpus*, é importante ainda mencionar a biografia do presidente e o contexto em que os pronunciamentos utilizados nesse trabalho foram produzidos.

Luís Inácio Lula da Silva é empossado em primeiro de janeiro de 2003, após ter sido eleito com 52.793.364 de votos²⁹. A biografia de Lula é bem peculiar e de fundamental importância para se entender a postura do presidente em seus discursos.

Migrante nordestino, Luís Inácio vem para São Paulo ainda criança. Mas é no ABC paulista, onde trabalhara como metalúrgico, que ele ganha fama nacional. Como informa o *site* www.presidencia.gov.br³⁰, “em 1969, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema fez eleição para escolher a nova diretoria e Lula foi escolhido suplente. Na eleição seguinte, em 1972, tornou-se primeiro-secretário. Em 1975, foi eleito presidente do sindicato com 92% dos votos e aí já representava 100 mil trabalhadores”. Como líder sindical, Lula ganha repercussão e em 1980 funda o Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1982 disputa a eleição para governador do estado de São Paulo; em 1986, é eleito deputado federal e, em 1989, candidata-se pela primeira vez a presidente da República. É somente após quatro disputas eleitorais consecutivas que Lula é eleito, então, presidente do Brasil

Na condição de presidente, Lula mostra-se sempre como um representante eleito pela população, ansiosa por um novo rumo na política do país:

- (1) Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José Alencar. E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu País o significado de cada

²⁹ Conforme informações de *sites* oficiais do governo: www.presidencia.gov.br e www.planalto.gov.br.

³⁰ Acessado em 31.07.2006.

palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou: uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos (D1).

- (2) A minha eleição foi motivada pelo profundo desejo de mudar o modelo que havia se esgotado, o modelo que produziu vulnerabilidade e incerteza, pobreza, estagnação. Uma poderosa vontade popular elegeu um projeto nacional alternativo de defesa de um Brasil mais justo, solidário e soberano. Chegamos ao governo como resultado de uma gigantesca mobilização coletiva que envolveu democratas e lutadores sociais em todo país. Minha eleição foi uma conquista das classes populares, do povo trabalhador, com as classes médias, setores empresariais, movimentos sociais e entidades sindicais. De todos aqueles que desejavam que o Brasil rompesse com o modelo gerador de exclusão e instabilidade. (D5).
- (3) Em outubro de 2002, o povo brasileiro decidiu votar em um governo de mudanças, um governo capaz de construir, junto com a sociedade, um país melhor e mais justo, com desenvolvimento e emprego. Com melhores condições de vida para o nosso povo, principalmente para os mais humildes. Um país capaz de crescer de modo sustentado e de distribuir a renda e a riqueza, respeitado internacionalmente e integrado ao mundo de maneira soberana. Um país sem fome, do qual, brasileiros e brasileiras, possamos sentir cada vez mais orgulho. (D6).

Graças à sua trajetória de vida, Lula se apresenta, sobretudo, como um homem do povo, homem comum, operário e sindicalista, homem que veio ao governo graças à força das populações mais necessitadas. E, mais do que um homem do povo, Lula se apresenta como um lutador que, conhecendo de perto os problemas sociais, procura atender os anseios da população, em especial a mais pobre e mais carente:

- (4) O que nós estamos vivendo hoje neste momento, meus companheiros e minhas companheiras, meus irmãos e minhas irmãs de todo o Brasil, pode ser resumido em poucas palavras: hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo. Agradeço a Deus por chegar até aonde cheguei. Sou agora o servidor público número um do meu País (D1).

- (5) Em uma palavra: a fome, no Brasil é, acima de tudo, um problema de exclusão social. Disso posso dar testemunho, porque essa dura realidade aprendi da forma mais difícil: vivendo-a. (D19).
- (6) As reformas têm, portanto, sentido tanto econômico como social. Mas nós sabemos que o mais importante das reformas é o seu sentido social.(D2).

A imagem do presidente, construída no e pelo discurso, pode ser resumida na insígnia “do povo, pelo povo e para o povo”. E justamente para atender aos anseios das populações mais carentes, Lula investe em uma política social. Já em seu discurso de posse (D1) anuncia a criação de um programa de segurança alimentar, o “Fome Zero”.

Cria também outros projetos como o “Bolsa Família”, programa do governo que dá às famílias de baixa renda cadastradas uma certa quantia em dinheiro, o “Bolsa Escola”, outro programa que dá dinheiro a pais carentes para que incentivem seus filhos a freqüentarem a escola, o “ProUni”, programa de bolsas de estudos para alunos de baixa renda ingressarem em faculdades particulares, e o “Bolsa Atleta”, auxílio do governo aos atletas que não têm patrocínio.

Instalou ainda o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CNPES)³¹, que reúne diferentes representantes da sociedade civil (representantes dos sindicatos e federações patronais e de trabalhadores, lideranças de movimentos sociais e associações, leigas e religiosas, grandes empresários e outras personalidades expressivas) para consultar e definir rumos para o país:

- (7) Sou eu, como Presidente da República, e no âmbito exclusivo das atribuições do Poder Executivo, que quero ouvir o que a sociedade tem a dizer. Não quero tomar decisões de modo tecnocrático, sem ouvir a sociedade. Não quero ficar prisioneiro de debates puramente ideológicos, desvinculados da vida cotidiana do povo, nem da burocracia do Governo, que muitas vezes acha que sabe e pode tudo. (D2).

³¹ Site do Conselho: www.cdes.gov.br.

- (8) Minha agenda de trabalho tem sido um permanente encontro com a sociedade brasileira. (D6).

Em sua política internacional, Lula participa de várias reuniões no Brasil e no exterior. Durante seu mandato, reúne-se não apenas com os representantes políticos de países como Estados Unidos, com o qual discute a questão da ALCA, e União Européia, mas também com os representantes políticos dos países da América do Sul, (D18), do MERCOSUL, (D3), (D12) e (D21), de outros países em desenvolvimento (D13) e dos Conselhos da ONU (D17).

De modo a sustentar sua política social, faz ainda apelo a líderes de governo e empresários internacionais para o combate à fome e à pobreza. Em 2003, faz, em Nova York, a doação do prêmio Príncipe de Astúrias, que recebera, ao Fundo Mundial de Combate à Fome e à Miséria (D4) e em 2004 participa de uma reunião com líderes mundiais, em Nova York, na chamada “Ação contra a fome e a pobreza” (D11). Em 2005, reúne-se com líderes de outros quatro países em desenvolvimento (África do Sul, China, Índia e México) numa tentativa de buscar apoio financeiro para o combate à fome junto ao G-8, em reunião na Escócia (D13) e, na celebração do 60º aniversário da FAO (D19), discursa em favor da erradicação da fome, realçando o programa Fome Zero feito no Brasil:

- (9) Quantas vezes teremos que repetir que a mais mortífera arma de destruição em massa que o mundo possui é a miséria? (D10).
- (10) Não se trata apenas de cobrar dos países ricos aquilo que efetivamente podemos e devemos cobrar-lhes: uma postura radicalmente nova e um engajamento superior, frente à tragédia absurda da fome e da pobreza. (D11).
- (11) Cerca de 60 Chefes de Estado e mais de 100 delegações estiveram presentes à reunião de Nova Iorque. De lá para cá, muita coisa aconteceu. O tema do financiamento ao desenvolvimento virou destaque nas Nações Unidas, no Banco Mundial, no FMI e também nas reuniões do G-8, como a última cúpula realizada na

Escócia. É uma contribuição valiosa para cumprirmos, talvez, a mais ambiciosa das Metas do Milênio, a diminuição da pobreza no mundo pela metade, até 2015. Estou convencido de que isto é possível.(D19)

- (12) O diretor-geral da Organização Internacional do Trabalho, embaixador Somavía, pôde ver durante sua recente visita ao Brasil os resultados do programa “Fome Zero”. Estamos combatendo a miséria com seus aspectos emergenciais, mas também atacando suas causas estruturais. (D10).
- (13) Temos de pensar em um tipo de crescimento que não só produza a inclusão social e a distribuição de renda, mas que se realmente de ambas. (D13).

Em sua política nacional, são vários os interlocutores dos discursos do presidente. No entanto, são alguns os subordinados a quem ele faz referência. Ele faz pronunciamentos para prefeitos (D8) e (D9), para ministros, senadores e deputados, na aprovação de leis e projetos (D7), em atos de Prestação de contas (D6), em reuniões ministeriais (D16) e em posse de ministros (D14), (D15) e (D22), a presidentes de associações, dentre outros interlocutores, em diversas outras situações.

Em seu ministério, Lula incorpora vários amigos de partido ou mesmo amigos da época das lutas sindicais. Este é o caso, por exemplo, de Jacques Wagner, militante e sindicalista de Camaçari e um dos fundadores do PT e da CUT na Bahia, escolhido Ministro da Secretaria de Relações Institucionais (20.07.2005 a 31.03.2006) e secretário especial do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (23.01.2004 a 22.07.2005), e de José Dirceu, um dos fundadores, juntamente com Lula, do PT em São Paulo, nomeado Ministro da Casa Civil (1º.01.2003 a 3.01.2003 e 03.02.2003 a 21.06.2005), cargo que ocupou até ser acusado de envolvimento em denúncias de corrupção.

Um esquema de corrupção que envolve seu partido é descoberto e coloca Lula em uma posição fragilizada, correndo inclusive o risco de *impeachment*. Em 14 de maio de 2005, é divulgada uma gravação em que Maurício Marinho, chefe de departamento de contratação e

administração material dos Correios, é flagrado num esquema de corrupção nos correios, conforme aponta a Revista VEJA³² da época. A partir dessa descoberta, várias CPIs são instauradas para investigar o suposto esquema, envolvendo seu partido (PT), na compra de votos de parlamentares e lavagem de dinheiro. Apesar das várias denúncias de corrupção, envolvendo seu partido e membros do ministério, como José Dirceu, nada foi comprovado com relação a um pressuposto envolvimento do presidente.

- (14) Ajudei a criar esse partido e, vocês sabem, perdi três eleições presidenciais e ganhei a quarta, mantendo-me sempre fiel a esses ideais, tão fiel quanto sou hoje. Quero dizer a vocês, com toda a franqueza, eu me sinto traído. Traído por práticas inaceitáveis das quais nunca tive conhecimento. Estou indignado pelas revelações que aparecem a cada dia, e que chocam o país. O PT foi criado justamente para fortalecer a ética na política e lutar ao lado do povo pobre e das camadas médias do nosso país. Eu não mudei e, tenho certeza, a mesma indignação que sinto é compartilhada pela grande maioria de todos aqueles que nos acompanharam nessa trajetória.(D17).
- (15) Queria, neste final, dizer ao povo brasileiro que eu não tenho nenhuma vergonha de dizer ao povo brasileiro que nós temos que pedir desculpas. O PT tem que pedir desculpas. O governo, onde errou, tem que pedir desculpas, porque o povo brasileiro, que tem esperança, que acredita no Brasil e que sonha com um Brasil com economia forte, com crescimento econômico e distribuição de renda, não pode, em momento algum, estar satisfeito com a situação que o nosso país está vivendo. (D17).

Apesar dessas denúncias, Lula apresenta-se como candidato à reeleição de 2006 e em 01 de outubro vai para o segundo turno junto com Geraldo Alkimin (PSBD), para, finalmente, ser reeleito presidente do Brasil.

Além de seu percurso político e de seus pronunciamentos, nota-se em seus discursos que, ao falar em público, o presidente Lula muitas vezes recorre ao improvisado, deixando de lado o aspecto formal e protocolar de seu pronunciamento. A depender de onde está e para

³² Revista Veja Editora Abril. Edição 1905 – ano 38 – nº 20, 18 de maio de 2005. Foram consultados também os números 30, de 27 de julho de 2005, nº 31, de 3 de agosto de 2005, e nº 32, de 10 de agosto de 2005.

quem fala, Lula cria uma relação de maior proximidade com o seu interlocutor, principalmente se seu interlocutor é alguém próximo a ele como um ministro ou algum outro político com quem ele tem um laço maior de amizade.

Essa tentativa de mostrar-se próximo de seu interlocutor pode ser observada em seus discursos quando muitas vezes ele opta pelos vocativos “Meus caros amigos”, “Meus amigos”, “Meus companheiros”, “Companheiros e companheiras”, esses últimos constituindo-se em formas típicas da fala do presidente.

Com relação a essa proximidade que ele busca ter com seus interlocutores, o presidente diz em um de seus discursos:

- (16) Eu quero dizer a vocês que para mim é muito difícil fazer algumas brincadeiras porque eu começo a quebrar a liturgia do poder, a liturgia é uma coisa importante, mas eu nasci assim, eu vivi assim, eu sou presidente por um mandato determinado e eu quero ser amigo de vocês para sempre. Então, eu acho que não tenho que ter nenhuma preocupação com o ritual, obviamente sem descambar aqui. (D9).

Essa relação de proximidade ou de afetividade que o presidente cria com alguns de seus interlocutores é de grande importância inclusive para se entender a forma de expressão de uma ordem, pois em decorrência da relação do locutor com seu ouvinte, que é consolidada pelo seu discurso, um diretivo pode ou não ser atenuado, conforme se verá na análise dos dados.

3. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Uma vez entendidas as expressões de ordem, proibição e permissão como manifestação da modalidade deôntica e as expressões de intenção e desejo como expressão da modalidade volitiva (cf. Hengeveld, 2004), foram então levantadas ocorrências de verbos modalizadores deônticos e volitivos nos discursos em questão.

Para verificar a interferência da relação hierárquica entre os interlocutores sobre a interpretação da modalidade, foram considerados fatores não só pragmáticos como também fatores lingüísticos que permitam uma compreensão do comportamento das expressões deônticas e volitivas nesse tipo de situação interativa.

Com relação aos fatores pragmáticos, considera-se que a relação estabelecida entre falante e ouvinte (relações simétricas e relações assimétricas) e o momento em que os discursos são pronunciados (antes e depois da crise política) possam ter interferência na manifestação ou na interpretação dos modais.

Com relação aos fatores lingüísticos, uma série de características sintáticas e semânticas dos verbos deônticos e volitivos foram consideradas.

Um primeiro fator observado é o caráter desses verbos, como auxiliar ou pleno. Na verdade, ainda que seja comum a vários autores a classificação dos verbos modais como auxiliares, não há um consenso com relação a essa classificação, principalmente no que diz respeito aos verbos volitivos.

Muitos desses verbos aparecem em locuções com outros verbos, outros poucos aparecem sozinhos, constituindo predicado. Castilho (2002) discute a dificuldade em se dizer quando há uma locução verbal, um tempo composto e uma conjugação perifrástica, ao estudar aspecto e formas perifrásticas no português falado. Um dos critérios utilizados por esse autor para se identificar um verbo auxiliar é a identidade entre os sujeitos dos verbos que compõem a locução verbal.

Duas são as maneiras como esses modais podem aparecer com outro verbo numa oração: *verbo modal + verbo no infinitivo*, ou *verbo modal + que + verbo flexionado*, em que, nos dois casos, os verbos modais aparecem conjugados. Quando há *verbo modal + verbo no infinitivo*, há identidade entre os sujeitos dos dois verbos, quando há *verbo modal + que + verbo flexionado*, não há identidade entre os sujeitos.

Tomando uma classificação operatória, foram denominados de auxiliares os verbos que constituem a forma *verbo modal + infinitivo*, em que há identidade dos sujeitos. As formas em que o verbo modal aparece sozinho ou com o complementizador “que” foram entendidas como verbo pleno, apresentando respectivamente argumento nominal ou argumento oracional.

Vale lembrar que o objetivo deste trabalho não é o de discutir o caráter auxiliar ou pleno dos verbos modalizadores. O que se pretende é, a partir de uma classificação operatória, observar se características sintático-semânticas desses verbos podem ser associadas ao seu comportamento pragmático nas interações com diferentes relações hierárquicas entre falante e ouvinte.

Além da natureza categorial desses verbos, outro fator a ser observado na análise é o tipo de verbo que aparece posposto a esses modais, principalmente nas perífrases de infinitivo. Um exemplo são os verbos denominados *dicendi*, como se observa em “**Quero dizer** a vocês, com toda a franqueza, eu me sinto traído.(D16)”. Acredita-se que a semântica desses verbos possa conduzir a respostas sobre a interpretação dos verbos volitivos.

Ainda com relação à semântica dos verbos modais, conforme aponta Quirk (1985), uma característica muito importante das expressões de ordem é o fato de elas apresentarem controle humano. Outro autor, Heine (1995), menciona que verbos de ação ocorrem mais em enunciados deônticos. Assim, com base na tipologia de estados-de-coisas, proposta em Dik (1997a, p.106-116), foram escolhidos como fatores de análise os traços semânticos controle e dinamismo para que se possa verificar nas expressões de desejo e de ordem sua presença ou ausência.

Outro fator semântico observado foi o alvo de avaliação da modalidade. Com base em Hengeveld (2004), observaram-se os alvos da modalidade, subdivididos em evento,

participante e proposição. Espera-se que a identificação dos alvos de avaliação também traga respostas para melhor compreender o fenômeno em estudo.

Com relação à natureza gramatical dos verbos, foi considerada a expressão do sujeito dos modais deônticos e volitivos. Principalmente no que concerne aos verbos volitivos, observou-se a forma como o presidente se manifesta como sujeito sintático, intitulado-se não apenas como “presidente”, mas também como outras formas que, indiretamente, fazem referência a ele.

Além da expressão do sujeito, a pessoa do verbo também foi observada, já que pode trazer explicações não só no que diz respeito à polidez do presidente frente a seus interlocutores, mas ao funcionamento desse modal.

O tempo da oração modalizada também foi considerado na análise, já que se trata de uma característica gramatical que pode não só mostrar uma possível expressão de polidez do falante, mas também apontar características semânticas da natureza desses modais.

CAPÍTULO IV

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Uma vez contextualizada essa situação específica de interação, serão descritas todas as ocorrências de verbos deônticos e volitivos encontradas no *corpus*, buscando a caracterização desses valores. A seguir, cada um desses verbos será explicado separadamente.

1. Os verbos deônticos

Em número inferior ao das ocorrências de verbos volitivos, os modais deônticos encontrados foram os verbos auxiliares *dever*, *poder*, *ter que/de* e *precisar*.

Como já fora dito, a modalidade deôntica é a modalidade que diz respeito aos valores de permissão, obrigação e ordem. Necessariamente, a avaliação deôntica tem uma origem, seja ela um conjunto de leis ou regras de uma sociedade, uma pessoa ou uma instituição, e um destinatário sobre o qual incide essa qualificação modal. Decorrem dessa caracterização geral da avaliação deôntica alguns traços sintáticos e semânticos que serão mostrados a seguir.

1.1. Fatores sintático-semânticos

A primeira característica dos enunciados com verbos deônticos diz respeito ao modo e tempo verbal. A avaliação deôntica é sempre a instauração de um dever, uma permissão ou uma obrigação que se cumprirá (ou não) em um momento posterior ao momento da enunciação. Na tabela abaixo, observa-se a expressão modo-temporal dos verbos modais deônticos:

Modo verbal	Tempo verbal	Ocorrências
Indicativo	Presente	137 – 78,73 %
	Futuro do presente	25 – 14,36 %
	Futuro do pretérito	9 – 5,17 %
Subjuntivo	Presente	3 – 1,72 %
Total		174 – 100 %

Tabela 2: Verbos deônticos e expressão modo-temporal.

Nota-se que a grande maioria dos verbos deônticos está conjugada no presente do indicativo e no futuro do presente do indicativo. O emprego de cada um desses tempos verbais do modo indicativo confere ao enunciado deonticamente modalizado diferenças de sentido. O uso do presente torna o enunciado mais forte ou, até mesmo, mais autoritário, sem nenhum tipo de atenuação da modalidade qualificada:

- (17) Mas para recuperarmos o MERCOSUL **temos de** ir além da discussão sobre os aspectos aduaneiros. É preciso dar prioridade à implementação de políticas que favoreçam nossa integração produtiva. (D3).
- (18) E achamos que eles **têm que** levar em conta que se, durante 20 anos, a orientação do Fundo Monetário era fazer ajuste fiscal para sanear as finanças dos países em que ele emprestava dinheiro, passados 20 anos, ele já sabe o que isso causou na política mundial e, sobretudo, na política da América do Sul. (D8).

Já no emprego do futuro, ao localizar a qualificação modal em um momento posterior ao da enunciação, cria-se um maior distanciamento entre o alvo da modalidade e a obrigatoriedade ou dever a ele imposto.

- (19) **Teremos que** manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais, para que elas possam ser atendidas no ritmo adequado e no momento justo; teremos

que pisar na estrada com os olhos abertos e caminhar com os passos pensados, precisos e sólidos, pelo simples motivo de que ninguém pode colher os frutos antes de plantar as árvores. (D1).

- (20) Eu trabalho com a convicção, com a certeza que o Brasil entrou num caminho de estabilidade e de desenvolvimento que não tem retorno. Obviamente que nós sempre temos tempo de fazer os reparos que **precisaremos** fazer naquilo que precisar ser reparado. (D20).
- (21) (...) nós **vamos ter que** prestar contas num pouco da demanda que vocês apresentaram este ano, porque senão vocês vão dizer: “para que o Conselho, se as nossas demandas não são levadas em conta na discussão do conselho político?” (D20).

O emprego do futuro do pretérito, ao contrário do presente do indicativo, confere uma maior atenuação da expressão deôntica, como se pode observar nas ocorrências abaixo:

- (22) Não **poderia** deixar de fazer uma referência especial ao nosso relacionamento com os Estados Unidos, que se caracteriza, hoje, pela maturidade. Encontrei-me com o presidente Bush, ainda como presidente eleito e, neste ano, estivemos juntos em Evian e, mais recentemente, em Washington, para um encontro bilateral, com a participação de nossos ministros. (D5).
- (23) Eu tentei dizer para a imprensa, durante a discussão, que ao invés de falar em corte ou contingenciamento no Orçamento, **deveriam** ter falado em aumento de 4 bilhões no Orçamento. (D8).
- (24) Ele pode até ter um programa dele, alguma coisinha que ele quer fazer, mas o Brasil **deveria** definir quais são as coisas que são consideradas essenciais para os próximos 15 ou 20 anos e transformar aquilo quase numa obrigatoriedade que cada governo que entrasse teria que... pode fazer o que ele quiser, mas aquelas obras ele tem que fazer, porque quando terminar aquela nós vamos poder pensar mais 20 ou 30 obras importantes. (D20).

Uma segunda característica dos enunciados deônticos é a natureza do estado-de-coisas dos verbos que compõem perífrase com os auxiliares modais. De acordo com a tipologia dos estados-de-coisas proposta por Dik (1997), dois traços caracterizam esses verbos: o controle humano e o dinamismo, como se vê na tabela abaixo:

Estado-de-coisas	Ocorrências
Ação [+ controle] e [+dinâmico]	163 – 93,67 %
Posição [+ controle] e [- dinâmico]	11 – 6,32 %
Total	174 – 100 %

Tabela 3: Verbos deônticos e estado-de-coisas

A partir da tabela acima, nota-se que todos os verbos modificados pelo auxiliar modal têm o traço semântico [+ controle]. Esse traço é, de fato, essencial para a qualificação deôntica, uma vez que a realização de um pedido, uma obrigação ou uma ordem depende, necessariamente, de algum envolvimento humano, como se vê em (25):

- (25) Para avançar nessa direção, além de travar combate implacável à inflação, **precisaremos exportar** mais, agregando valor aos nossos produtos e atuando, com energia e criatividade, nos solos internacionais do comércio globalizado. (D1).

Uma pequena porcentagem das ocorrências descritas apresentaram o traço semântico [- dinâmico], em predicados com verbos como *ser*, *ter* e *estar*, como nas seguintes ocorrências:

- (26) Portanto, **temos que ser um tanto rígidos**, no sentido de manter o limite máximo de dois a três minutos para cada intervenção, após as palavras de abertura de meus colegas. (D11).
- (27) O conjunto de regras e experiências negociados deste 1991 **deve ser o nosso roteiro principal**. (D21).

- (28) O Brasil **pode e deve ter um projeto** de desenvolvimento que seja ao mesmo tempo nacional e universalista, significa, simplesmente, adquirir confiança em nós mesmos, na capacidade de fixar objetivos de curto, médio e longo prazos e de buscar realizá-los. (D1).
- (29) O livre comércio não **pode continuar sendo uma via de mão única**, que só beneficia os países mais ricos. (D5)
- (30) Uma outra coisa importante, é que o ministro Tarso Genro está com a determinação – minha, dele e, eu diria, da sociedade brasileira – de que a educação **não pode continuar como está**. (D9).

Nas ocorrências dadas acima, com exceção da primeira, nota-se um sujeito geralmente genérico. Outra observação é que o modal instaura a obrigação de que um estado-de-coisas não dinâmico passe (ou não) a existir, ou continue (ou não) a existir, como nos exemplos com o verbo continuar, marcador de aspecto cursivo.

Os verbos deônticos, ainda, caracterizam-se semanticamente por apresentar uma *fonte* da obrigação/permissão instaurada e um *alvo* sobre quem deve incidir a qualificação deôntica. A fonte da obrigação/permissão pode ser um agente humano ou um valor moral; o alvo sobre quem incide a qualificação deôntica pode apresentar ou fazer referência a um agente com o traço [+ humano] e ocupa sempre a posição de sujeito.

Duas subclassificações do alvo da qualificação deôntica são importantes para a caracterização desse valor modal: o tipo de alvo (evento ou participante, segundo Hengeveld, 2004) e a pessoa do sujeito. Está abaixo uma tabela com as ocorrências, envolvendo os alvos da modalidade deôntica.

Alvo de avaliação	Participante	Evento	Total
Ocorrências	169 – 97,12 %	5 – 2,87 %	174 – 100 %

Tabela 4: Alvo de avaliação deôntica.

Como se vê, a imensa maioria de ocorrências apresenta como alvo de avaliação o Participante, uma vez que é o participante que está sob uma obrigação ou permissão. Em apenas cinco ocorrências, o alvo é o Evento, já que se tratam de regras gerais de conduta que não dependem de um participante. Abaixo estão três casos em que o alvo de avaliação é o Evento:

- (31) Em face do clamor dos que padecem o flagelo da fome, **deve prevalecer** o imperativo ético de somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana. (D1).
- (32) Uma outra coisa importante, é que o ministro Tarso Genro está com a determinação – minha, dele e, eu diria, da sociedade brasileira – de que a educação **não pode continuar** como está. (D9).
- (33) O trabalho decente tem de ser uma realidade para todos. **Não deve**, no entanto, **servir de pretexto** para a imposição de cláusulas comerciais protecionistas que terminam por prejudicar precisamente aqueles a quem se pretende ajudar. (D10).

Nota-se que, quando se trata de Evento como alvo de avaliação da modalidade deôntica, a instauração de um dever não incide sobre um único participante, mas incide genericamente sobre uma situação.

Outros casos em que se pode dizer que o alvo de avaliação é o Evento ocorrem com a voz passiva. Por meio dela, o participante, que apareceria na voz ativa, é eliminado, instaurando-se uma obrigação genérica. Trata-se de um recurso que atenua a expressão de obrigação ou ordem, uma vez que se apaga o participante que, a princípio, estaria como alvo dessa avaliação deôntica. Isso se verifica nos exemplos:

- (34) A fome é um problema social que **precisa**, urgentemente, **ser enfrentado** como um problema político. (D11).
- (35) Os recursos da ajuda oficial ao desenvolvimento **devem ser aumentados**. Sabemos, porém, que no curto e no médio prazo, continuarão sendo insuficientes. (D19).

Outros fatores sintáticos observados são a expressão da pessoa e a manifestação dos sujeitos dos verbos deônicos. São reconhecidos como alvos da qualificação deônica o próprio presidente, seus subordinados, instituições como a ONU e a FAO, o governo, o Brasil, além de nomes que indicam ações e resultados de ações praticadas por algum agente.

Tendo em vista que é a forma de expressão do sujeito que determina a pessoa empregada na conjugação do verbo, é possível relacioná-los, pessoa e sujeito, com os alvos da qualificação deônica. Com relação às pessoas verbais, pode-se observar sua frequência na tabela abaixo:

Pessoa do verbo	Ocorrências
1ª pessoa do plural	91 – 52,29 %
3ª pessoa do singular	55 – 31,60 %
3ª pessoa do plural	17 – 9,77 %
1ª pessoa do singular	11 – 6,32 %
Total	174 – 100%

Tabela 5: Verbos deônicos e pessoa verbal

Nota-se que a primeira pessoa do plural é a mais empregada, seguida pela terceira pessoa do singular. A primeira pessoa do plural, geralmente, faz referência ao falante (presidente) somado a certo(s) interlocutor(es), como se observa nas ocorrências abaixo:

- (36) Elas são perfeitamente compatíveis com o nosso vigoroso apoio à pecuária e à agricultura empresarial, à agroindústria e ao agronegócio, são, na verdade, complementares tanto na dimensão econômica quanto social. **Temos de** nos orgulhar de todos esses bens que produzimos e comercializamos. (D1).

- (37) Tenho certeza que os companheiros que estão nos deixando estão dispostos a ajudar vocês naquilo que for preciso, e nós **precisamos** trabalhar mais, muito mais, fazer mais e fazer melhor, porque nós sabemos o que nos espera. (D22).

Nessas ocorrências, trata-se de uma estratégia que confere ao falante um maior descomprometimento com a qualificação deôntica, na medida em que a ordem ou a obrigação instaurada é dividida entre os interlocutores.

Já o recorrente emprego da terceira pessoa do singular se justifica pelo fato de ela estar relacionada aos alvos da modalidade deôntica, sejam eles humanos ou instituições que fazem alusão a um agente humano, como se observa abaixo:

- (38) Vamos desenvolver um Programa de Trabalho com metas claras com vistas à consolidação, efetiva e completa, da União Aduaneira, até 2006. **Esse Programa tem de** prever, ainda, elementos que criem bases sólidas para o Mercado Comum do Sul. (D3)
- (39) E a ordem, no meu Governo, é que **nenhum ministro tem que** deixar de vir a qualquer debate que for convidado – qualquer que seja o tema – **ele só tem que** conhecer o tema para não falar bobagem sobre um assunto que não conhece. (D8).
- (40) Se não existisse a lei, todos eles permaneceriam como ministros, mas quer a lei no Brasil que **alguém que ocupa um cargo público** e quer se candidatar a outro cargo público no Poder Executivo, **tem que** se afastar até o dia 31 de março. (D22).

Aparecem ainda como sujeito dos verbos modais uma série de nomes que indicam ações ou o resultado de ações, sem que os agentes dessas ações sejam nomeados. Selecionando um alvo deôntico não-humano, o presidente atenua a força decorrente da obrigação ou necessidade instaurada pelo modal, como ocorre em:

- (41) É preciso que o Conselho de Segurança esteja em condições de lidar com as ameaças contemporâneas à paz e segurança internacionais. **Suas decisões devem**

gozar de legitimidade. Sua composição precisa ser ampliada, de modo a incluir países em desenvolvimento e outros países desenvolvidos entre seus membros permanentes. (D5).

- (42) E a busca, não busca ao confronto e, sim, uma reorganização do comércio mundial, hoje distorcido pelo protecionismo dos países ricos, que destinam 1 bilhão de dólares diários para subsidiar a produção e a exportação agrícolas. **O livre comércio** não **pode** continuar sendo uma via de mão única, que só beneficia os países mais ricos. (D5).
- (43) **O conjunto de regras e experiências negociados deste 1991** deve ser o nosso roteiro principal. (D21).
- (44) E quando fizemos isso, Paulo, descobrimos que não tinha governador do meu partido e que a única pessoa do meu partido que tinha sido premiada era a prefeita de Campinas, que está aqui presente, numa demonstração que **os nossos gestos** é que **podem** dizer se estamos falando a verdade com vocês ou se estamos mentindo. (D22).

Nas ocorrências acima, nota-se que palavras como *decisões* e *gestos* são atitudes propriamente humanas, assim como *livre comércio* e *negociar regras e experiências*, são também ações próprias do homem, o que demonstra que o sujeito sintático de um verbo deôntico, ainda que implicitamente, sempre faz referência indireta a um agente humano.

Verifica-se, ainda, ocorrências em que a obrigação instaurada pelo modalizador deôntico incide sobre o próprio presidente:

- (45) Mas **eu** também **não poderia** deixar de participar do momento mais importante, sobretudo eu que não tenho eleição agora, não estou disputando nada, a gente fica mais à vontade do que quem está disputando neste momento. (D9).
- (46) Então, eu acho que **não tenho que** ter nenhuma preocupação com o ritual, obviamente sem descambar aqui. (D9).

Nas ocorrências acima, pode-se perceber ainda que há uma atenuação da modalidade deôntica, feita respectivamente pelo emprego do futuro do pretérito do indicativo e pelo modalizador epistêmico “eu acho que”. Nota-se que, diferentemente da 1ª pessoa do singular, o emprego da 1ª pessoa do plural incide o valor modal não apenas sobre o falante (presidente), mas também a outros participantes, compartilhando a imposição deôntica.

A pessoa do sujeito tem relação direta com o tipo de relação hierárquica entre os interlocutores. Tendo em vista essa importância dos fatores pragmáticos na gramática dessas expressões deônticas, a seguir, será analisada a interferência da relação hierárquica e do contexto político no emprego dos enunciados deonticamente modalizados.

Antes, porém, vale mencionar um último valor modal que, apesar de não ter ocorrido no *corpus*, constitui um valor deôntico prototípico. Expressa pelo modo imperativo, a ordem manifesta a imposição da vontade de alguém sobre outra pessoa ou instituição. Tem-se, portanto, uma fonte bem definida e um alvo específico, sendo, portanto, um valor modal mais freqüente em situações de diálogo, o que explica sua não ocorrência nos discursos analisados.

1.2. Fatores pragmáticos

A observação dos fatores pragmáticos permite não só apontar características próprias à natureza deôntica, mas também entender o uso dessas expressões nesse tipo de situação interativa.

A esse respeito, uma primeira observação importante se dá com relação à ocorrência desses modais nas situações em que há diferentes graus de simetria entre os interlocutores: *relações simétricas* (presidente e outros chefes de Estado ou importantes representantes internacionais) e *relações assimétricas* (presidente e subordinados ou subalternos) entre os

interlocutores. Nota-se uma maior recorrência de deônticos nas situações em que há uma relação de assimetria. Isso pode ser observado na tabela abaixo:

Hierarquia	Relações simétricas	Relações assimétricas	Total
Verbos deônticos	45 – 25,86 %	129 – 74,13 %	174 – 100 %

Tabela 6: Verbos deônticos e hierarquia entre os interlocutores

Uma explicação para essa maior recorrência de deônticos em relações cuja hierarquia entre falante e seus destinatários é desigual é a de que o presidente, por estar em uma posição superior a seus destinatários, está autorizado a proferir ordens ou impor obrigações. A hierarquia entre o falante e o ouvinte é de grande importância para que uma ordem seja proferida ou uma obrigação imposta.

Como se pode ver abaixo, os discursos que apresentam uma porcentagem maior desses verbos são D8, D9, D20, D22, e D1, todos eles pronunciados em cerimônias do governo no Brasil, tendo como público majoritário membros políticos subordinados ao presidente. Abaixo pode ser verificado um gráfico com as ocorrências dos modais deônticos em cada discurso, seguindo a ordem do mais freqüente para o menos freqüente:

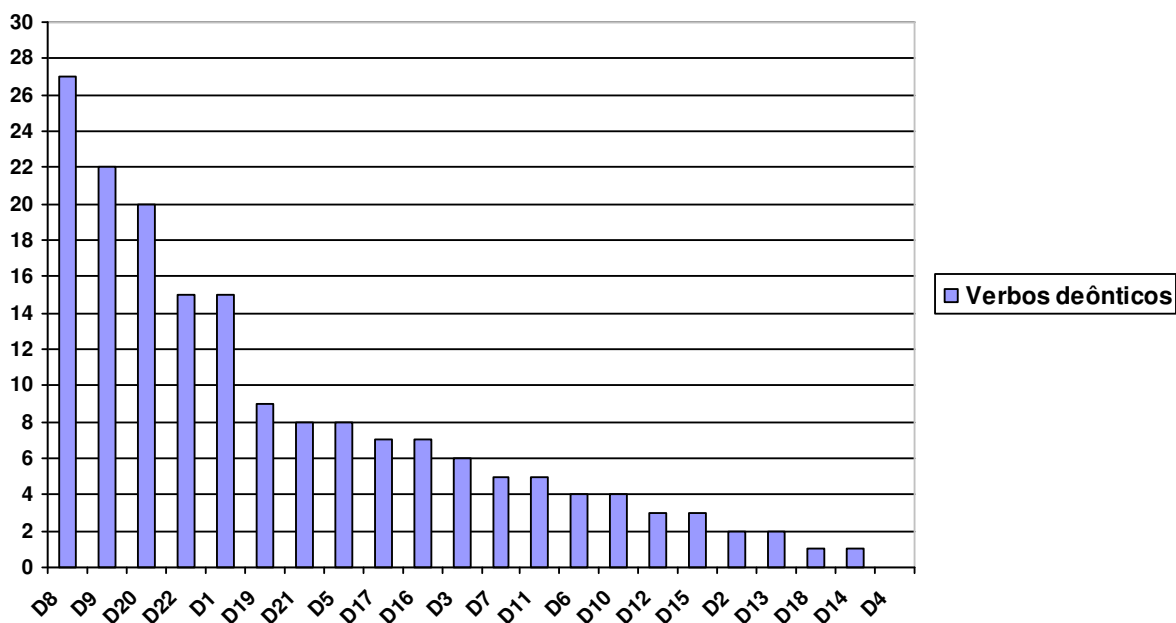


Gráfico 1: Ocorrências de verbos deônicos nos discursos.

Dentre os discursos com menor ocorrência desses modais, D4, D18, D13 e D12 são todos discursos proferidos a líderes internacionais. Nota-se ainda que D4, cerimônia em que o presidente Lula faz a doação de um cheque que recebera ao Fundo Mundial de Combate à Fome e à Miséria, não apresenta nenhuma ocorrência de deônico. Assim, o tipo de evento ou cerimônia em que tais pronunciamentos são feitos, juntamente com o tipo de ouvinte a quem suas falas se dirigem, dá ao presidente uma abertura maior ou menor para proferir expressões deonticamente modalizadas, o que confirma a expectativa de que em relações de simetria hierárquica entre o presidente e seus destinatários há um número menor de expressões deônicas.

Nos discursos D14, D2 e D15, a relação hierárquica entre o presidente e seus interlocutores e a situação de fala são importantes para explicar a baixa recorrência de verbos deônicos nesses pronunciamentos. Nos discursos D14 e D15, verifica-se que a relação entre o presidente e seus interlocutores, apesar de serem eles seus subordinados, é de igualdade. Lula

trata seus ministros nas cerimônias de posse em tom fraterno, de camaradagem, instaurando uma certa igualdade hierárquica entre eles. Esse tom de fraterno que Lula apresenta diante de seus interlocutores pode ser observado nos trechos:

- (47) Eu não costumo falar na posse de ministro. (...) Mas eu resolvi falar na posse do **companheiro** Luiz Marinho, porque o Marinho, ele entrou para trabalhar na Volkswagen no ano de 1978. Todo mundo se lembra que foi o ano em que começaram as greves do ABC que, eu acredito, deram uma contribuição muito grande para a consolidação do processo democrático brasileiro. (...) **O dado concreto é que esses companheiros fazem parte da minha vida**, porque a turma do companheiro Ricardo Berzoini também surgiu nessa época, a turma do Wagner também surgiu nessa época, a turma do Dulci surgiu nessa época, ou seja, os principais sindicalistas brasileiros surgiram exatamente dessa ebulição que aconteceu no movimento sindical brasileiro na década de 70. (...) Por isso, **meu querido**, toda sorte do mundo, use a paciência, o trabalho é duro, as viagens serão muitas, daqui a pouco estará apanhando na imprensa. (D14).
- (48) Ou seja, o dado concreto, Tarso, é que a **tua** passagem pelo Ministério da Educação – e eu conheço muitos que passaram, muitos – eu vou te dizer uma coisa, a tua passagem pelo Ministério da Educação vai marcar, definitivamente, a história da educação no nosso país. Pode ficar certo. (...) Por isso, **meu querido** Tarso, **de coração**, eu sei que a tarefa que você vai assumir daqui para frente é tão ou mais espinhosa do que a tarefa de ser Ministro da Educação. Eu quero te agradecer pelos serviços prestados a este país e quero dizer, Tarso, que eu não tenho dúvida nenhuma... Quando me comunicou das discussões para assumir uma outra função, eu imediatamente disse para o Tarso: **olha, Tarso**, eu não quero mexer no Ministério da Educação. Eu quero que tenha continuidade no trabalho e eu gostaria de ficar com o Fernando Haddad no Ministério. Era o que o Tarso queria, juntou a fome e a vontade de comer, e agora estamos já na sobremesa aqui.

Já com relação ao discurso D2, pronunciado na cerimônia de instalação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, observa-se que características do discurso impedem uma maior frequência na manifestação de verbos deônticos, já que, nesse texto,

Lula preocupa-se com a explicação e apresentação do que viria a ser esse Conselho. No trecho abaixo, esses objetivos podem ser constatados:

- (49) Vamos dar início, neste ato, aos trabalhos do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que é um órgão de assessoramento e consulta da Presidência da República. Trata-se de um passo fundamental na concretização de um compromisso que assumi com o país: o de definir as principais ações do meu Governo em constante diálogo com a sociedade. (...) Este Conselho é um instrumento de construção de soluções. Foi criado para subsidiar o Poder Executivo, com propostas de ação assumidas pelas partes sociais. (...) Neste Conselho, independentemente do pensamento de cada um de nós sobre as reformas, é fundamental que coloquemos, acima dos interesses particulares ou setoriais, os interesses gerais do país e do povo brasileiro. (D2)

Nota-se, com base nesse trecho, que D2 é um discurso, essencialmente, descritivo e explicativo, o que impossibilita uma alta frequência de verbos modalizadores deônticos.

Com relação aos interlocutores subordinados ao presidente, uma das maneiras de se fazer incidir um valor deôntico sobre eles é nomear os interlocutores na posição de sujeito do verbo modal, como nos exemplos abaixo:

- (50) Fica muito mais fácil pactuar acordo, fazer transferência de recursos, acompanhar e fazer com que as coisas aconteçam, do que tentar inventar um gesto burocrático de que é **o Ministro da Educação** que **tem que** fazer as coisas. (D9).
- (51) Eu conheço algumas idéias do **companheiro Marinho**, sei da relação de respeito que ele conquistou no movimento sindical, ele sabe que não estará aqui como ministro da CUT, ele estará como ministro do Trabalho, portanto, **ele tem que** ter uma relação harmônica com todos os pensamentos do movimento sindical, e ele sabe fazer isso como ninguém. (D14).
- (52) Eu acho que **o Furlan**, além de apresentar os números, **vai ter que**, um dia, apresentar para nós algo mais do que os números, mostrar porque o Brasil está

crescendo tanto nas suas exportações em alguns países que, no começo do nosso governo, alguns tratavam com muito pessimismo. (D20).

A incidência do valor deôntico, expresso pelo modal, sobre políticos subordinados ao presidente pode ser reconhecida também nos verbos em que o sujeito está na primeira pessoa do plural, como se observam nos seguintes exemplos:

- (53) Qual é o problema que nós temos? E **nós vamos ter**, agora, Jorge Mattoso, **que** fazer uma parceria para fiscalizar melhor. (D9)
- (54) Na área educacional, decidimos priorizar a solução de um problema com o qual o Brasil não pode mais conviver: o analfabetismo. **Temos que** alfabetizar milhões de brasileiros e brasileiras nos próximos anos. (D6).
- (55) Como nós decidimos não aumentar imposto, então, não tem milagre. **Nós temos que** trabalhar com o que temos e fazê-lo da melhor forma possível. (D5).
- (56) Possivelmente tenha muita gente nova na próxima Marcha dos Prefeitos. E com todos eles, **temos que** dizer sempre a verdade, e as coisas que são possíveis de ser compreendidas pelos prefeitos. (D8).

Nota-se aqui uma das estratégias empregadas pelo presidente para conquistar uma maior adesão de seus ouvintes. Ao mesmo tempo em que ele instaura ou direciona uma ordem, pedido ou obrigação a um destinatário, o presidente também se inclui como quem está sob esse alvo deôntico, fazendo que essa expressão deôntica seja atenuada e mais persuasiva.

É importante dizer também que, ao invés de fazer referência direta a seus subordinados, o presidente pode ainda designá-los por meio de termos como “governo”, “Brasil”, ou por meio de nomes de instituições, como PT. Isso pode ser verificado nos seguintes exemplos:

- (57) O ponto principal do modelo para o qual queremos caminhar é a ampliação da poupança interna e da nossa capacidade própria de investimento, assim como **o Brasil necessita** valorizar o seu capital humano investindo em conhecimento e tecnologia. (D1)
- (58) Enquanto isso não for possível, **o Estado terá que** criar instrumentos para garantir àqueles que não tiveram chance a oportunidade de sobreviver decente e dignamente. (D7).
- (59) **O governo**, onde errou, **tem que** pedir desculpas, porque o povo brasileiro, que tem esperança, que acredita no Brasil e que sonha com um Brasil com economia forte, com crescimento econômico e distribuição de renda, não pode, em momento algum, estar satisfeito com a situação que o nosso país está vivendo. (D16).
- (60) **O PT tem que** pedir desculpas. (D16).

Como se vê acima, o emprego de termos que fazem referência indireta a subordinados ao presidente é uma estratégia que permite ocultar ou indeterminar os reais agentes das ações descritas no predicado.

Com relação aos interlocutores simétricos ao presidente, também são várias as formas de se fazer incidir sobre eles um valor modal deôntico.

O que se nota é que, diferentemente do que acontece com interlocutores assimétricos ao presidente, em situações de igualdade hierárquica não há nenhuma ocorrência em que esses interlocutores simétricos sejam nominalmente expressos como sujeito do verbo. O que se observa é que o presidente Lula nunca faz referência direta a eles. Assim, uma das formas que, então, remetem a esses interlocutores é a primeira pessoa do plural, como no exemplo abaixo:

- (61) Intensificam-se os esforços para fortalecer a ONU e seus órgãos principais. **Precisamos** adequar o Conselho de Segurança às exigências políticas e econômicas de um mundo em profunda transformação. (D17).

Outras expressões que fazem referência indireta a esses líderes são as instituições ou países que eles representam:

- (62) **A FAO deve** estar preparada para ajudar a garantir à população atingida auxílio urgente às vítimas e recuperação da atividade agrícola da região. (D19).
- (63) **O Conselho deve** continuar a dedicar também amplo espaço em sua pauta às questões africanas. (D17).
- (64) E penso que **os demais Estados membros do MERCOSUL devem** somar-se, todos, a essa iniciativa. (D21).

Um outro fator pragmático que caracteriza o uso do modal nessa situação de interação seria o período de governo, antes ou depois da crise política do PT. Observe a tabela abaixo:

Período político	Antes da crise	Depois da crise	Total
Verbos deônticos	89 – 51,14 %	85 – 48,85 %	174 – 100 %

Tabela 7: Verbos deônticos e período político.

Ao contrário do que era esperado quanto ao período de governo, observa-se que há uma equivalência na ocorrência de deônticos antes e depois da crise do PT, não demonstrando nenhum tipo de relação entre a expressão dessa modalidade e a situação política do presidente. Isso mostra ainda que a autoridade do presidente continua a mesma antes ou depois da crise, uma vez que ela é construída no discurso e pelo discurso.

Ao relacionar esse fator com a pessoa verbal, obtêm-se os dados apresentados na tabela abaixo:

Pessoa do verbo	Antes da crise	Depois da crise	Total
1ª pessoa do plural	44 – 48,35 %	47 – 51,64 %	91 – 100%
3ª pessoa do singular	29 – 16,66 %	26 – 14,94 %	55 – 100%
3ª pessoa do plural	9 – 5,17 %	8 – 4,59 %	17 – 100%
1ª pessoa do singular	7 – 63,63 %	4 – 36,36%	11 – 100%

Tabela 8: Pessoa do verbo deôntico e período político.

O que se nota é que há, mais uma vez, uma certa igualdade de valores, com pouca variação percentual entre eles. Apesar de pequena diferença, pode-se observar que o uso da primeira pessoa do singular é maior antes da crise, o que mostra que, após a crise com seu partido, Lula referiu-se um pouco mais a si mesmo, de modo atenuado, pelo plural de modéstia.

Outra característica observada antes e depois da crise política foi a expressão modo-temporal, como se vê na tabela abaixo:

Modo verbal	Tempo verbal	Antes da crise	Depois da crise	Total
Indicativo	Presente	68 – 48,92%	71 – 51,07%	139 – 100%
	Futuro do presente	16 – 64%	09 – 36%	25 – 100%
	Futuro do pretérito	04 – 57,14%	03 – 42,85%	07 – 100%
Subjuntivo	Presente	01 – 33,33%	02 – 66,66%	03 – 100%

Tabela 9: Expressão modo-temporal dos verbos deônticos e período político.

Também nessa tabela, nota-se variações muito pequenas entre os percentuais. Apesar de haver pouco contraste entre a expressão modo-temporal nos dois momentos políticos, pode-se verificar um maior uso do futuro do presente antes da crise política. Isso pode ser

justificado não só pelo momento político, mas também pelo fato de esses discursos terem sido proferidos nos anos iniciais do mandato, quando ainda era natural que o presidente acenasse com mudanças e promessas para o futuro. Uma vez que os discursos posteriores à crise estavam em um momento final do mandato, dificilmente seriam proferidos enunciados marcados futuramente ao momento de fala.

Enfim, pode-se observar nesses verbos modais uma série de características sintático-semânticas que decorrem da natureza deôntica que eles apresentam, como, por exemplo, o uso recorrente de tempos verbais do presente e do futuro e o fato de o alvo da qualificação ser expresso pelo sujeito, e características pragmáticas, como a maior recorrência de deônticos em situações de assimetria entre os interlocutores e a menção não explícita a destinatários simétricos ao presidente.

2. Os verbos volitivos

2.1. Fatores sintático-semânticos

Dentre os volitivos, encontraram-se no *corpus* ocorrências dos verbos *querer*, *desejar*, *pretender*, *esperar* e *gostar*.

Uma das primeiras constatações feitas com relação a esses verbos diz respeito à expressão modo-temporal. O presente do indicativo foi identificado como o tempo característico da indicação de volição; o futuro do pretérito também foi empregado, embora em menor número, como se vê na tabela 13 abaixo.

Modo verbal	Tempo verbal	Ocorrências
Indicativo	Presente (verbos <i>querer, esperar e desejar</i>)	205 – 83,67 %
	Futuro do pretérito (verbo <i>gostar</i>)	16 – 6,53 %
	Pretérito imperfeito (verbo <i>querer</i>)	24 – 9,79 %
Total		245 – 100 %

Tabela 10: Verbo volitivo e expressão modo-temporal.

Diferentemente do que acontece com a modalidade deôntica, a modalidade volitiva diz respeito a um desejo, localizado no presente, sobre fatos realizáveis no futuro imediatamente posterior à enunciação ou no futuro distante, o que explica a grande recorrência do presente do indicativo. Já o emprego do futuro do pretérito e do pretérito imperfeito está diretamente relacionado com a expressão de polidez do falante que, ao substituir o presente pelo pretérito imperfeito com o verbo *querer*, por exemplo, atenua a força ilocucionária do seu enunciado, como se vê em:

- (65) **Quero** dizer ao companheiro Suplicy que essa lei aprovada, não como sonhou o companheiro Suplicy, no seu projeto embrionário, mas, aprovada de conformidade com a consciência dos deputados e dos senadores que votaram e, sobretudo, levando em conta a realidade econômica do nosso país, demonstra, mais uma vez, o grau de maturidade a que o nosso país chegou. (D7)
- (66) Eu **queria**, meus companheiros e minhas companheiras, dizer a todos vocês que grande parte das coisas que fizemos não seria possível de ser feita, se não fosse a dedicação individual de cada companheiro ministro. (D6).

De modo diferente do que acontece com os verbos deônticos, que traziam o *alvo* da qualificação modal expresso pelo sujeito gramatical, os verbos volitivos trazem a *fonte* da

volição no papel de sujeito. Observa-se, assim, que há uma alta incidência no uso da primeira pessoa do singular, seguida pelo emprego da primeira pessoa do plural:

Pessoa do verbo	Ocorrências
1ª pessoa do singular	176 – 71,83 %
1ª pessoa do plural	61 – 24,89 %
3ª pessoa do singular	05 – 2,04 %
3ª pessoa do plural	03 – 1,22 %
Total	245 – 100 %

Tabela 11: Verbo volitivo e pessoa verbal

Essa alternância entre o singular e o plural se explica pelo emprego retórico do ‘plural de modéstia’. O presidente, ao usar o plural, faz parecer que é coletivo um desejo que é seu, atenuando, desta forma, a força ilocucionária de seu enunciado:

- (67) Vamos dar o exemplo da Previdência. Ao reformá-la, **queremos** garantir que as pensões, os benefícios e as aposentadorias possam ser, efetivamente, pagos no futuro, pois, se o custeio do sistema não for devidamente equacionado, muito em breve não haverá dinheiro para pagá-los. (D2).
- (68) Apesar das grandes extensões de terra, o Brasil nunca realizou uma reforma agrária digna. Temos, hoje, no país, grande segmento da população rural vivendo na miséria e desesperança. **Nós** não **queremos** apenas distribuir terra, mas também garantir às famílias assentadas crédito, assistência técnica e infra-estrutura necessária à atividade produtiva. A reforma tem que ter qualidade, este é um compromisso e nós vamos cumpri-lo. (D5).

Há casos ainda em que o emprego da primeira pessoa do plural não inclui o falante, correspondendo a segunda pessoa “vocês”. Isso pode ser observado na ocorrência abaixo:

- (69) Nós precisamos fazer uma pequena revolução na educação. A educadora aqui sabe perfeitamente bem que as crianças, hoje, estão na quarta série e não sabem ler; muitas vezes, não sabem uma das quatro operações. Isso porque não existe um processo de avaliação correto. E **nós**, então, **queremos**, a partir deste ano, fazer provas nas 240 mil escolas deste país. Por mim, faríamos a cada seis meses, mas não dá porque não tem dinheiro, e é preciso aí um jogo combinado com os prefeitos e com os governadores, para que a gente possa utilizar a estrutura municipal, a estrutura estadual, e o que o governo federal puder dar, para que possamos fazer, no 4º ano, e na 8ª série, um teste para saber como é que as crianças estão.(D9).

Nessa ocorrência, fica evidente que o emprego do “nós” não inclui o presidente, uma vez que a frase seguinte é introduzida pela expressão “por mim”.

Além de expressar-se em primeira pessoa do plural e em primeira pessoa do singular, o presidente faz uso de uma estratégia de distanciamento, utilizando-se de expressões em 3ª pessoa que têm, como referente, o próprio presidente ou instituições pelas quais ele é diretamente responsável, como “Brasil”:

- (70) Reitero que **o Brasil deseja que** este Conselho continue a ser o foro multilateral por excelência para a promoção da paz e da segurança internacional - papel maior que lhe reserva a Carta das Nações Unidas. (D17).
- (71) É necessário ter presente as diferenças entre as estruturas produtivas dos Estados partes. Devemos construir instrumentos adequados para superar as assimetrias com nossos sócios de economias menores. Esse é o firme compromisso que **o Brasil quer** aqui assumir.(D3).

Outro fator importante para a descrição do comportamento dos verbos volitivos é o alvo de avaliação. Segundo Hengeveld (2004), a modalidade volitiva pode apresentar como

alvos o Participante, o Evento ou a Proposição. No *corpus*, observaram-se apenas ocorrências em que o alvo é a Proposição ou o Participante, conforme se verifica abaixo:

Alvo de avaliação	Proposição	Participante	Total
Verbos volitivos	176 – 71,83 %	69 – 28,16 %	245 – 100 %

Tabela 12: Verbo volitivo e Alvo de avaliação.

Nota-se que a Proposição foi mais recorrente, alvo de avaliação em que, segundo o mesmo autor, a origem da volição é o falante, marcado gramaticalmente nas ocorrências do *corpus* pela primeira pessoa do singular. Os casos em que a origem do desejo corresponde a um participante diferente do falante ocorreram em um número bem menor. Abaixo estão ocorrências com alvo de avaliação voltado para a Proposição, em (72) e (73), e para o Participante, em (74) e (75):

- (72) Ainda esta semana – e **eu quero** convidar a todos que estão aqui, mas, sobretudo os cariocas – estaremos reinaugurando a Rádio Nacional, que teve um papel fundamental para divulgação da música popular e da cultura brasileira por muitas décadas. (D6)
- (73) **Quero** dizer para vocês que nós vamos fazer muito mais. Antes do companheiro Cristovam deixar de ser ministro, eu dizia ao companheiro: a única possibilidade que nós temos de alfabetizar 15 ou 20 milhões de brasileiros que ainda estão sem ser alfabetizados é utilizarmos as prefeituras. (D8).
- (74) Embora os dois pertençam a partidos diferentes, eu, de vez em quando, penso que nós estamos no mesmo partido. Se não estamos no mesmo partido, por conta da diferença de legenda, certamente estamos no mesmo partido chamado Brasil, e **nós queremos** ajudar a resolver o problema do nosso país. (D9).

- (75) Reitero que **o Brasil deseja** que este Conselho continue a ser o foro multilateral por excelência para a promoção da paz e da segurança internacional - papel maior que lhe reserva a Carta das Nações Unidas. (D17).

Apesar de Hengeveld reconhecer o Evento como alvo de avaliação, em que eventos são desejáveis ou não desejáveis, não houve nenhuma ocorrência desse tipo no *corpus*.

Outro fator observado foi a forma como esses verbos volitivos aparecem, seja como verbo auxiliar, em perífrases de infinitivo, ou como pleno, com argumento nominal ou argumento oracional.

A forma mais recorrente dos volitivos é o verbo auxiliar, seguida pelo verbo pleno com argumento oracional, e a menos recorrente é o verbo pleno com argumento nominal:

Forma verbal	Ocorrências
Auxiliar	193 – 78,77 %
Pleno com argumento oracional	37 – 15,10 %
Pleno com argumento nominal	15 – 6,12 %
Total	245 – 100 %

Tabela 13: Forma verbal dos volitivos

Cada uma dessas formas em que aparecem os verbos de desejo serão explicadas a seguir, juntamente com as possíveis interpretações que podem ser feitas delas.

a) Verbo volitivo auxiliar

Nesse tipo de expressão da volição, observou-se a natureza do verbo no infinitivo que constitui a perífrase. Um primeiro conjunto desses verbos no infinitivo são os verbos denominados *dicendi*, ou verbos relacionados ao ato de dizer. Esse tipo de verbo é bastante recorrente no *corpus*, como pode ser observado na tabela abaixo:

Perífrases	Com <i>dicendi</i>	Sem <i>dicendi</i>	Total
Ocorrências	113 – 58,54 %	80 – 41,45 %	193 – 100 %

Tabela 14: Volitivos e verbos *dicendi*.

São considerados *dicendi* verbos como *falar, dizer, anunciar, afirmar, reafirmar...*

Algumas ocorrências podem ser verificadas abaixo:

- (76) Ajudei a criar esse partido e, vocês sabem, perdi três eleições presidenciais e ganhei a quarta, mantendo-me sempre fiel a esses ideais, tão fiel quanto sou hoje. **Quero dizer** a vocês, com toda a franqueza, eu me sinto traído. Traído por práticas inaceitáveis das quais nunca tive conhecimento. (D16).
- (77) **Quero anunciar**, no dia de hoje, um projeto que na nossa opinião será revolucionário. O MEC apresentará brevemente, aos estados e aos municípios, uma proposta de controle de frequência das crianças nas escolas através de registro digital. (D6).
- (78) **Quero afirmar** para vocês que, se Deus quiser, todas as regiões do Brasil vão receber extensões de universidades federais. (D14).
- (79) **Quero reiterar** meu compromisso de valorizar o Convênio de Créditos Recíprocos (CCR) como instrumento fundamental de promoção do comércio entre os países da América do Sul, em especial os do Mercosul. (D3).

Nota-se ainda que o verbo “querer”, nesses casos, apresenta um caráter performativo, em que seu sentido é quase esvaziado. Essa grande ocorrência de volitivo com *dicendi* pode ser um indício de que tal verbo esteja se tornando um atenuador, empregado para expressar polidez.

Podem ainda ser entendidos como verbos relacionados ao ato de dizer verbos como *agradecer, cumprimentar, saudar*, ou expressões como *dar os parabéns* e verbos que chamam a atenção do ouvinte para algo, como *salientar, destacar, ressaltar...*

- (80) **Quero cumprimentar** os meus companheiros ministros,
Quero cumprimentar os deputados aqui presentes (...) (D6).
- (81) Mas antes de mais nada, **quero saudar** em especial os novos ministros que vêm reforçar a nossa capacidade de ação nesta segunda metade do meu mandato. Vocês estão entrando num governo, que apesar de todas as dificuldades, fez o Brasil retomar o caminho do progresso e da justiça social. (D16).
- (82) Por isso, Jaques Wagner, eu sei que o pessoal todo aqui te elogia pela tua brilhante coordenação. Não sei se são todos baianos, mas a baianidade do Wagner dá um toque melhor no Conselho. **Quero te agradecer** pelo trabalho que fez, **quero agradecer** a paciência de vocês. (D20).
- (83) **Desejo congratulá-lo** pela iniciativa de convocar esta reunião, em um momento crucial para o futuro das Nações Unidas. (D17).
- (84) Na área ambiental, **quero ressaltar** a proposição que fizemos de um novo paradigma de cooperação internacional que facilite a transferência de tecnologias. (D13).
- (85) Entre essas políticas, **quero destacar** o Programa dos Foros de Competitividade das Cadeias Produtivas do MERCOSUL, que deve envolver não só grandes empresas, mas também aquelas de pequeno e médio porte. (D3).

Apresentando ainda sentido de elocução, outros verbos que constituem a perífrase com infinitivo são os verbos de solicitação como *pedir, solicitar, requerer, suplicar...* No *corpus* foram encontrados casos com o verbo *pedir*:

- (86) **Quero** até **pedir** aos meus companheiros e companheiras de imprensa que compreendam que essa lei é como se nós estivéssemos fazendo um barco. (D7).
- (87) Eu **quero pedir** a vocês que não esqueçam as reivindicações que vocês fizeram esse ano, outra vez. No ano que vem, vamos batê-las outra vez, aqui, com vocês. E vocês vão perceber que já teve um avanço, e vão perceber que vai ficar cada vez melhor vocês governarem as cidades brasileiras. (D8).

- (88) Ele representa um pouco daquilo que nós estamos construindo na unidade do nosso continente, que é o nosso querido companheiro Jorge Battle, Presidente da República Oriental do Uruguai, a quem eu **gostaria de pedir** uma homenagem com uma salva de palmas, por tudo que ele representou para nós nesses anos. (D12).

Além dos verbos *dicendi*, outro tipo de verbos que podem constituir perífrase de infinitivo são os verbos sensitivos, que designam alguma percepção, como *ver* e *ouvir*. No *corpus*, verifica-se o exemplo abaixo:

- (89) O MERCOSUL é parte desta América do Sul, que **desejamos ver** plenamente integrada e próspera. (D3).

Verbos de cognição, como *saber*, *conhecer* e *lembrar*, também podem acompanhar os verbos volitivos nesse tipo de perífrase:

- (90) Eu não **quero saber** de que partido vocês são. Não me interessa saber. Eu sei que agora vai ter eleição, nós vamos ter um ano complicado, a partir de junho tudo fica mais difícil. (D8).

Outros verbos modalizadores podem também constituir a perífrase verbal *volitivo + infinitivo*, ocorrendo assim uma sobremodalização. É o que acontece com verbos como *poder*, encontrados no *corpus*:

- (91) Eu **quero poder**, deixando de ser Presidente da República, andar nas ruas deste país e encontrar com vocês, onde quer que seja, e **poder** ser tratado como “companheiro” e **poder** tratar vocês como “companheiros”, independente das disputas que a gente tiver este ano. (D8)
- (92) Como todos sabem, nosso tempo está limitado a três horas. Portanto, temos que ser um tanto rígidos, no sentido de manter o limite máximo de dois a três minutos para

cada intervenção, após as palavras de abertura de meus colegas. **Espero poder** contar com a sua compreensão, neste aspecto. (D11).

Ainda seria possível dizer, com base nas ocorrências acima, que a sobremodalização é um indício de que modalidades volitiva e deôntica são realmente duas modalidades distintas. O mesmo poderia ser observado na inversão entre o verbo *poder* e *querer*, como em “eu posso querer”, em que o verbo *poder*, neste caso, assume valor epistêmico.

Por fim, uma série de outros verbos de ação é verificada, como nos exemplos abaixo:

- (93) **Quero entregar** ao secretário-geral da ONU, Kofi Annan, este cheque – como a primeira contribuição –, e espero que outros chefes de Estado possam, a partir desse momento, começar a discutir a contribuição para o Fundo, para que possamos resolver este que é, na minha opinião, o maior problema da Humanidade. (D11)
- (94) Nós não **queremos** apenas **distribuir** terra, mas também garantir às famílias assentadas crédito, assistência técnica e infra-estrutura necessária à atividade produtiva. (D5).
- (95) Mas tem em São Paulo, tem no Rio de Janeiro, acho que vai ter em Recife, acho que vai ter em Fortaleza, vai ter aqui, em Goiânia. Ainda não temos na quantidade que nós queremos, mas nós **queremos fazer** a farmácia popular para vender remédios. (D9).

b) Verbo volitivo pleno com complemento oracional

Uma das primeiras características observadas nesse tipo de estrutura é a relação entre os sujeitos do verbo volitivo e do verbo da oração complemento. Uma vez que se tratam de verbos modalizadores, verifica-se o falante, presidente Lula, como origem do desejo, expresso principalmente, pelo uso da primeira pessoa. No que diz respeito ao verbo da oração complemento, são diversos os sujeitos que aparecem relacionados a ele. Um primeiro

conjunto de sujeitos é caracterizado com os traços semânticos [+ humano]. Esses sujeitos, nesse caso, geralmente, remetem aos interlocutores do presidente, expressos nominalmente ou por pronomes como “você(s)”.

- (96) Nós não tomaremos nenhuma atitude. Quero que **vocês** saibam da minha decisão pessoal. Nenhuma atitude será tomada em função das eleições de 2006. Nenhuma atitude que possa “cheirar” à sociedade brasileira, que nós estamos fazendo aquilo que, secularmente, é feito no Brasil. Num ano eleitoral a gente faz todas as bondades desnecessárias que se faz no Brasil e depois que termina as eleições, aquelas bondades se transformam em prejuízo para os próximos quatro anos. Não faremos. (D20).
- (97) A única coisa, Paulo, que eu gostaria que **você** nunca deixasse de reconhecer é que, na História da militância municipalista, nenhum Governo tratou vocês com o respeito e com a decência com que nós estamos tratando, e pretendemos aperfeiçoar muito mais esse relacionamento. (D8).

Há casos ainda em que, esse sujeito humano aparece expresso pela primeira pessoa do plural, não incluindo o presidente, apresentando valor de atenuador:

- (98) Além disso, esta cerimônia é marcada pela entrega à Presidência da República da terceira versão, espero que **paremos** na quarta, do anteprojeto de reforma universitária.(D15).

Outro grupo de sujeitos desse segundo verbo é caracterizado pelos traços semânticos [- humano].

- (99) Eu, de vez em quando, fico com a pressão acima da média nacional, porque eu quero que **as coisas** aconteçam. Eu sou corinthiano no futebol, eu sempre estou querendo que o Corinthians marque um gol e que ele ganhe, e a pressão sobe. Daqui a pouco o Corinthians perde e eu sou obrigado a controlar. (D9).

- (100) Para que se possa entender a natureza do meu governo, é preciso saber que damos prioridade ao diálogo e à participação como instrumentos de ação governamental. Quero que **suas marcas** sejam a da negociação e a do entendimento. Além do diálogo e da participação, estamos construindo um consenso sobre as grandes questões nacionais.(D5).

Há casos ainda em que esse sujeito, não-humano, remete a algum agente humano e animado, como no exemplo abaixo, em que o sujeito “a imprensa” remete aos repórteres presentes na cerimônia:

- (101) Eu espero que **a imprensa** leia com muito carinho esse material. Estou aqui para prestar contas à sociedade do meu primeiro ano de governo. Numa democracia, este é um dever sagrado. (D6).

O uso da voz passiva também posiciona, na posição de sujeito, argumentos inanimados e não-humanos, permitindo que se recupere um agente animado e humano:

- (102) O Brasil tomou uma medida pioneira nessa direção, ao aprovar a lei que torna obrigatório o ensino do espanhol em nossas escolas. As gerações futuras de brasileiros terão o espanhol como segunda língua, assim como terão a América do Sul como nossa segunda pátria. Esperamos que, crescentemente, o português também **venha a ser lecionado** nos outros países sul-americanos. Estamos prontos a contribuir para que isso ocorra. (D18).

Outra característica importante que pode ser observada na construção complexa com verbo volitivo é o estado-de-coisas designado na segunda oração.

Estado-de-coisas	Ocorrências
Ação [+ controle] e [+dinâmico]	28 – 75,67 %
Posição [+ controle] e [- dinâmico]	05 – 13,51 %
Processo [- controle] e [+ dinâmico]	04 – 10,81 %
Total	37 – 100 %

Tabela 15: Volitivos com argumento oracional e estado-de-coisas.

Como se percebe, predicados de Ação são muito mais comuns, no *corpus*, com esse tipo de estrutura. Assim como acontece com os verbos deônticos, também nesse tipo de estrutura com verbo volitivo o estado-de-coisas da oração encaixada favorece a interpretação de um sentido deôntico, como será mostrado mais adiante no item 3.

c) Verbo volitivo pleno com argumento nominal

Alguns exemplos de verbos plenos com argumento nominal foram encontrados no *corpus*:

(103) E nós não **queremos políticas de ministros**. (D5).

(104) **Queremos políticas de governo** para atender as pessoas. (D5).

É interessante ainda ressaltar que alguns desses sintagmas nominais podem ter como núcleo nomes deverbais, como no exemplo abaixo:

(105) Daí uma agenda de ações concretas, que estamos perseguindo com vigor. Para além da nossa região, **queremos uma aproximação maior com a África**, a começar pelos países de língua portuguesa. (D5).

Uma vez que tais nomes deverbais têm origem em algum verbo, um tipo de ação pode ser recuperado. O exemplo acima pode ser desdobrado em “queremos nos aproximar com a África”. Nesses casos, o efeito de sentido obtido é o de descomprometimento, já que o presidente expressa o seu desejo de que algo aconteça, mas não indica quem deve ser o responsável por viabilizá-lo.

2.2.Fatores pragmáticos

Com relação aos fatores pragmáticos, nota-se que o período político influencia, de uma certa forma, a manifestação dos verbos modais volitivos:

Período político	Antes da crise	Depois da crise	Total
Ocorrências	150 – 61,22 %	95 – 38,77 %	245 – 100 %

Tabela 16: Verbos volitivos e período político.

Como se pode observar, antes das denúncias de corrupção, envolvendo ministros e políticos do partido do presidente, há uma maior recorrência de verbos de volição. Uma imagem de maior credibilidade conferida ao presidente durante o período que antecede a crise política permite que ele expresse em maior frequência seus desejos. O contrário acontece após a crise, quando sua imagem está fragilizada, situação em que o presidente se resguarda de emitir tantas expressões de desejo.

Outro fator pragmático é a hierarquia entre os falantes. Nota-se que também é maior o número de ocorrências de volitivos em situações de desigualdade hierárquica:

Hierarquia	Relação assimétrica	Relação simetria	Total
Ocorrências	199 – 81,22 %	46 – 18,77 %	245 – 100 %

Tabela 17: Verbos volitivos e hierarquia.

A posição de superioridade hierárquica do falante frente a seus interlocutores favorece a manifestação de seu desejo. Em situação contrária, quando o presidente se dirige a iguais hierarquicamente, essa posição de autoridade é diluída, fazendo com que ele expresse em menor número seus desejos. Como se vê, a hierarquia também exerce grande influência na manifestação desse modal.

3. QUANDO QUERER É DEVER

As descrições feitas nos itens 1 e 2 deste capítulo permitem caracterizar os empregos e os valores dos verbos modais aqui em estudo. Além desses usos prototípicos, foram encontrados no corpus ocorrências em que a expressão do desejo pode ser entendida como uma manifestação deôntica. Para analisar esses casos, serão descritas características sintáticas, semânticas e pragmáticas que permitam comprovar a hipótese de que, em relações em que o falante ocupa uma posição hierárquica mais alta que seu destinatário, expressões de desejo podem ser interpretadas deonticamente.

Nas ocorrências com **auxiliar volitivo**, a impossibilidade de se atribuir ao verbo principal um sujeito diferente daquele do verbo auxiliar inviabiliza a possibilidade de interpretação deôntica, uma vez que só se pode atribuir a obrigação de cumprir o desejo a um sujeito diferente do falante. O sujeito-fonte do desejo não pode ser interpretado como o sujeito-alvo da obrigação, já que um falante não dirige um pedido, ordem ou obrigação a ele mesmo.

Apesar disso, nessas perífrases com infinitivo, certos verbos podem apresentar uma interpretação deôntica quando emitidos por falantes hierarquicamente mais altos que seus destinatários. Em enunciados como “não quero ouvir nenhum barulho”, ou “quero comer agora mesmo”, uma vez que seja reconhecida a superioridade do falante diante do ouvinte, sua interpretação é deôntica. Nesse tipo de enunciação, a manifestação de um desejo de um falante superior pode ser interpretada como a instauração de um dever para o destinatário subordinado, ainda que o dever resultante seja apenas o de tornar possível que uma situação aconteça.

Apesar de se reconhecer essa possibilidade de interpretação deôntica da perífrase de verbo volitivo e verbo no infinitivo, não houve no *corpus* nenhum caso em que essa estrutura pudesse ser interpretada como deôntica.

Registra-se, ainda, que também não se encontrou no *corpus*, dentre as ocorrências de **verbos volitivos plenos com argumentos nominais**, nenhum caso em que possa haver uma interpretação deôntica dessa expressão de desejo.

Quanto aos sentidos apresentados por **verbos volitivos plenos com argumento oracional**, reconhece-se vontade ou desejo como interpretações semânticas prototípicas. No entanto, alguns traços sintático-semânticos e pragmáticos possibilitam-lhes também uma interpretação deôntica.

Um primeiro traço que favorece esse tipo de interpretação é a característica do sujeito do verbo da oração complemento. Como foi observado anteriormente, são dois os tipos de sujeito que esses verbos podem apresentar: sujeito humano ou sujeito não-humano. Assim, quando o sujeito do verbo encaixado for [+ humano] ou for uma instituição, que faz referência indireta a sujeito humano, a expressão pode apresentar uma interpretação deôntica.

Essa característica soma-se a outros fatores, de modo a assegurar a possibilidade de uma interpretação deôntica da expressão de desejo. Um desses fatores é, justamente, a relação

que o falante mantém com seu ouvinte. Outro fator é a nomeação não genérica de um subordinado como sujeito da oração encaixada.

Como se pode observar no exemplo abaixo, a somatória de todas essas características permite uma interpretação deôntica de um volitivo:

(106) Eu **quero que** o Oded Grajew, meu assessor para políticas de combate à fome, explique o que nós estamos anunciando, tanto ao PNUD quanto ao secretário-geral das Nações Unidas. (D4).

Esse discurso foi pronunciado em Nova York, para um público heterogêneo, composto por ministros do governo Lula, chefes da ONU e presidentes de outros países. Nesta ocorrência, nota-se que o sujeito do verbo da oração completiva é designado por um dos assessores do presidente, ou seja, um subordinado do presidente. Dessa forma, a expressão de desejo emitida pelo presidente é interpretada pelo seu subordinado como pedido. Tal fato pode ser constatado no próprio discurso, uma vez que logo após a explicitação do querer feita pelo presidente – que um subordinado seu desse algumas explicações aos ouvintes – segue a fala de Oded Grajew, explicando aos presentes na cerimônia as contribuições feitas por alguns empresários ao Programa Fome Zero. Pode-se dizer ainda que, conforme Dik (1997b), há aqui um exemplo de Conversão Ilocucionária, em que uma oração com Força Ilocucionária declarativa pode ser interpretada como pedido.

Outro exemplo que comprova a importância da hierarquia para que haja uma interpretação deôntica pode ser observado abaixo:

(107) E, se Deus quiser, **quero que** o Secretário-Geral Diouf faça um outro ato como este para que possamos ter a oportunidade de vir aqui e provar que é possível garantir a todos os pobres do mundo que eles possam tomar café de manhã, almoçar e jantar todo dia. (D19).

Diferentemente do exemplo anterior, nesse enunciado o sujeito do segundo verbo designa um dos chefes da FAO. Nesse caso, a interpretação a ser feita desse enunciado é a de expressão de desejo ou esperança do falante apenas, e não de um valor deôntico. É a presença de um interlocutor simétrico ao presidente que não permite um sentido deôntico. Esse sentido de esperança do falante, apresentado pelo enunciado, é reforçado ainda pela presença da expressão “se Deus quiser”.

Outro fato importante notado é que o sujeito do verbo encaixado que faz referência genérica a alguma pessoa não permite uma interpretação deôntica, mesmo que se tratem de subordinados ao falante. Para que haja essa interpretação, é preciso que o sujeito faça referência específica e direta a alguém. Esse sujeito não específico pode ser observado na ocorrência abaixo:

(108) Demos um passo muito importante para o fortalecimento da democracia com a Mobilização pelo Registro Civil de Nascimento. **Queremos que**, em dois anos, **todos os brasileiros** tenham os documentos de certidão de nascimento e o registro civil. (D6).

A impossibilidade de se identificar um agente específico sobre quem possa incidir a ordem ou obrigação gerada pela voz passiva também desfavorece a interpretação deôntica. É o que ocorre nas ocorrências abaixo:

(109) E ainda disse ao presidente Bush que esteja certo ele de que, no Brasil, nós estaremos abertos para começar a conversar amanhã, depois de amanhã. A única coisa que nós queremos é que não **queremos** ser tratados como cidadãos de segunda classe. (D5).

(110) **Queremos** ser tratados de forma equânime. (D5).

Os enunciados acima foram retirados do mesmo discurso, pronunciado em Nova York, onde estavam presentes desde ministros de governo brasileiros até empresários e membros de entidades internacionais. O que se nota é que, mesmo com um público heterogêneo, os destinatários desses três enunciados são empresários e representantes estrangeiros, ou seja, pessoas com quem a relação do presidente é protocolarmente assimétrica. No entanto, o uso da passiva analítica mostra ainda uma certa preocupação do presidente em não explicitar para quem se dirigiam tais enunciados, uma vez que seus interlocutores não eram brasileiros e tampouco eram políticos subordinados a ele. Com essa estratégia, o presidente instaura uma relação em que a assimetria é atenuada pelo discurso.

A semântica do verbo volitivo também parece contribuir para o favorecimento ou não da leitura deôntica. Observe-se, nesse sentido, as diferentes avaliações que os verbos *querer* e *esperar* ativam nas ocorrências abaixo:

- (111) Meu querido companheiro Marcelo Déda... eu espero, Kátia, que você seja mais delicada comigo do que foi o Marcelo Déda, porque ele, embora seja um menino perto mim e embora sejamos compadres, foi muito duro comigo na reunião de prefeitos. E eu **espero que** você seja dura, mas sem perder a ternura, como ele muitas vezes perdeu. (D9).
- (97) Eu **quero que** o Oded Grajew, meu assessor para políticas de combate à fome, explique o que nós estamos anunciando, tanto ao PNUD quanto ao secretário-geral das Nações Unidas. (D4).

No primeiro enunciado, vê-se que o sujeito da encaixada faz referência a um subordinado do presidente. O destinatário dessa fala é Kátia Born, prefeita de Maceió que dá continuidade ao trabalho de Marcelo Déda, prefeito de Aracajú, como presidente da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP). No entanto, como se vê, o verbo *esperar* apresenta, em sua carga semântica, um traço de sentido que se refere a um tipo de desejo pouco provável de se

realizar. Nota-se ainda que uma permutação do verbo *esperar* pelo *querer*, possibilitaria uma leitura deôntica deste enunciado. Já no segundo enunciado a presença do verbo ‘querer’ indica um desejo com maior probabilidade de se realizar.

A diferença entre *querer* e *esperar*, embora os dois verbos apontem para a irrealidade de seus complementos, está no fato de o estado-de-coisas encaixado em *esperar* ser qualificado como menos provável de se realizar do que o encaixado em *querer*.

A semântica do verbo da oração encaixada também é importante para que não se possa fazer uma interpretação deôntica de um volitivo, como se vê abaixo:

- (112) E eu **quero que** você continue. Continue com a sua ousadia, com a sua boa teimosia, porque eu acredito que assim, com gente do seu comportamento, da sua sensibilidade, não desistindo nunca das coisas que acredita ser possível fazer, mesmo quando as pessoas não concordam – e você sabe o quanto você sofreu para fazer essa lei se tornar lei. (D7).

O enunciado acima se dirige ao senador Eduardo Suplicy, durante cerimônia de sanção de uma lei criada por ele. Apesar de se constatar, na estrutura da oração encaixada, um sujeito que se refere a um subordinado do presidente, a semântica do verbo ‘continuar’ não permite que haja uma interpretação deôntica da sentença. Trata-se de um verbo que indica aspecto cursivo de uma série de qualidades do senador atuais no momento da enunciação, podendo ser parafraseada por ‘continue sendo ousado, continue tendo a sua boa teimosia’.

O traço semântico [- controle] designado pelo estado-de-coisas da oração encaixada também desfavorece uma interpretação deôntica do enunciado volitivo, como na ocorrência abaixo:

- (113) Eu acho que, poucas vezes, os homens públicos deste país trabalharam com tanta dedicação e com tanta vontade de fazer o melhor. Por isso, **eu quero**, presidente

Sarney, **que o senhor saiba** que o Poder Executivo tem, na memória, o trabalho inestimável que vocês prestaram. Acho que o Brasil saberá reconhecer isso. (D6).

Como se vê nessas ocorrências, a existência de uma assimetria entre os interlocutores é necessária, mas não suficiente para que a expressão de desejo do falante possa ser interpretada com sentido deôntico pelo destinatário. A semântica do verbo volitivo e a semântica do verbo da oração encaixada são também importantes para essa interpretação.

Os traços sintático-semânticos e pragmáticos que possibilitam uma interpretação deôntica de um volitivo podem ser resumidos na tabela abaixo:

Tipo de estrutura:	Traços que permitem uma interpretação deôntica:
Auxiliar volitivo + principal	<ul style="list-style-type: none"> - Sujeito ser o falante; - Falante ocupar posição hierarquicamente mais alta em relação ao destinatário.
Pleno volitivo + argumento oracional	<ul style="list-style-type: none"> - Sujeito do verbo principal ser o falante; - Falante ser hierarquicamente mais alto que o destinatário; - Sujeito do verbo da oração encaixada ser [+ humano] ou fazer referência a um sujeito com essa característica; - Sujeito do verbo da oração encaixada designar diretamente, e não genericamente, um subordinado do falante; - Estado-de-coisas designado pela oração encaixada apresentar o traço [+ controle]; - Modal volitivo não ser o verbo <i>esperar</i>.

Tabela 18: Traços que permitem interpretação deôntica de um volitivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se verificar, neste trabalho, os traços definidores dos valores modais deônticos e volitivos, bem como as circunstâncias que favorecem a superposição desses valores, permitindo uma interpretação deôntica de verbos volitivos.

Com relação aos verbos deônticos, observou-se que os valores prototípicos de permissão ou obrigação são expressos exclusivamente por verbos auxiliares. Os traços sintáticos e semânticos que caracterizam os enunciados deonticamente modalizados são: a indicação de uma fonte da obrigação (determinada ou genérica) e de um alvo sobre quem essa obrigação incide; identidade entre o alvo deôntico e o sujeito sintático do verbo; expressão modo-temporal no presente ou no futuro, e nunca no passado; e estado-de-coisas, necessariamente, [+controlado] e, majoritariamente, [+dinâmico].

Pôde-se observar que o sentido prototípico dos modais volitivos – intenção ou desejo – é expresso tanto pelo verbo auxiliar, constituindo perífrase de infinitivo, como pelo verbo pleno, com complemento oracional ou nominal. Alguns traços sintáticos e semânticos caracterizam os enunciados modalizados volitivamente: o verbo volitivo sempre apresenta uma fonte do desejo e aparece majoritariamente no presente do indicativo.

Aos verbos de volição também se pode atribuir uma interpretação deôntica. Como pôde ser visto, uma série de características sintáticas, semânticas e pragmáticas conduzem a esse tipo de interpretação: a presença de uma fonte do desejo e o reconhecimento de um alvo; a identidade entre o sujeito do verbo modal e o falante; a existência de um falante hierarquicamente superior a seu ouvinte; nas ocorrências de verbos plenos com complemento oracional, a presença do traço [+humano] no sujeito da oração encaixada e a referência direta, nesse sujeito, a um subordinado do falante; verbos de volição, na oração matriz, diferentes de *esperar*; estado-de-coisas [+ controlado] designado pela oração encaixada.

A identificação desses traços permite considerar os valores deônticos e volitivos como dois campos semânticos modais distintos. A principal característica que difere essas duas modalidades diz respeito à presença de fonte e alvo da qualificação modal deôntica, e à presença apenas de fonte da qualificação modal volitiva. Outra característica que comprova, de fato, essa diferença entre modalidade deôntica e modalidade volitiva é a sobremodalização dos verbos volitivos *querer* e *esperar* ao verbo deôntico *poder*, apontada nas ocorrências (88) e (89) do capítulo anterior.

Porém, caracterizar os valores volitivos e deônticos como duas modalidades distintas não impede que se identifiquem possíveis sobreposições entre esses sentidos modais. Uma vez que se pode reconhecer a presença de uma fonte, origem da volição, e de um alvo, os verbos volitivos que expressam pedido aproximam-se dos modais deônticos, que também apresentam uma fonte e um alvo sobre quem incide a qualificação modal.

A figura abaixo mostra a distinção entre essas duas modalidades e uma zona de intersecção entre elas, representando a sobreposição das modalidades volitiva e deôntica.

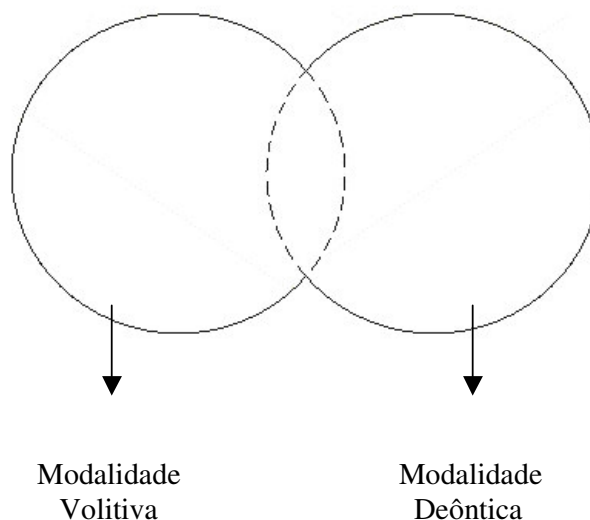


Figura 6: Sobreposição das modalidades volitiva e deôntica.

Este trabalho evidenciou, portanto, a existência de valores prototipicamente volitivos, valores prototipicamente deônticos e valores que apresentam forma de volição e sentido deôntico, caracterizando uma zona de sobreposição modal. Esse resultado é compatível com os estudos de Bavin (1995), que reconhecem evidências de gramaticalização para o sentido de *dever* nos verbos *querer* das línguas Alur e DhuLuo.

Considerando que, segundo Sweetser (1990), a modalidade epistêmica (ME) é uma extensão da modalidade deôntica (MD) e considerando que modalidade deôntica e modalidade volitiva (MV) se diferem, pode-se estabelecer o seguinte *cline*, que parte da modalidade volitiva, para a modalidade deôntica e, por fim, para a modalidade epistêmica:

$$MV > MD > ME$$

Por caracterizar-se apenas por uma fonte ou origem do desejo, a modalidade volitiva apresenta um caráter mais básico que a modalidade deôntica, ocupando, portanto, lugar anterior à modalidade deôntica. Como se mostrou, Lyons (1977, p.826) também reconhece que a modalidade deôntica tem sua origem na função desiderativa da linguagem. Nesse sentido, os resultados atingidos na descrição dos verbos volitivos e deônticos aqui empreendida poderão subsidiar estudos posteriores que investiguem a hipótese de gramaticalização da volição em direção à modalidade deôntica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AUSTIN, J. *How to do things with words*. Cambridge: Harvard University Press, 1962.
- BAVIN, E. L. *The Obligations In Western Nilotic Languages*. In: BYBEE, J.; FLEICHMAN, S. *Modality in Grammar and Discourse*. John Benjamins Publishing Company, 1995.
- BONFIM, J. B. B. *Palavra de presidente: discursos de posse de Deodoro a Lula*. Brasília: Editora LGE, 2004
- BYBEE, J.; FLEICHMAN, S. *An Introduction Essay*. In: *Modality in Grammar and Discourse*. John Benjamins Publishing Company, 1995.
- CASTILHO, A. *Aspecto verbal no português falado*. In: ABAURRE, M. B. M.; RODRIGUES, A. C. S. (orgs.). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- CERVONI, J. *As Modalidades In: A enunciação*. São Paulo Ática, 1989.
- CHAUÍ, M. *As filosofias políticas (1) (Capítulo 10) e As filosofias políticas (2) (Capítulo 11)*. In: *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2001
- CHARADEAU, P. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2006.
- CORACINI, M. J. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. São Paulo: Educ, Campinas: Pontes, 1991.
- CUNHA, C., CINTRA, L. *A nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 2001.
- DIK, S. *The Theory of Functional Grammar*. Pt. I – The structure of the clause. New York: Mouton de Gruyter, 1997a.
- _____. *The Theory of Functional Grammar*. Pt. II – Complex and derived constructions. New York: Mouton de Gruyter, 1997b.
- GIACALONE RAMAT, A. *Grammaticalization In Language Acquisition*. *Studies in Language* 23: 2, p. 377-407, 1999.
- GUIRALDELLI, L. A. *O modo subjuntivo e a expressão das modalidades epistêmica, deôntica e volitiva*. São José do Rio Preto: [s.n.], 2004. 104f. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas.
- HEINE, B. *Agent-Oriented vs. Epistemic Modality*. In: BYBEE, J.; FLEICHMAN, S. *Modality in Grammar and Discourse*. John Benjamins Publishing Company, 1995.
- HALLIDAY, M. A. K. *Clause as an exchange*. In: *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1994

_____. *Beyond the Clause: metaphorical modes of expression*. In: *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1994

HENGEVELD, K. *Illocutions, Mood and modality in a functional grammar of Spanish*. *Journal of Semantics* 6, 1988, p. 227-269.

_____. *Layers and operators in Functional Grammar*. *Journal of Linguistics* 25, 1989, p. 127-157.

_____. *The architecture of a Functional Discourse Grammar*. In: MACKENZIE, Lachlan, GONZALES, Maria de los Ángeles. *A New Architecture of Functional Grammar*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2004a

_____. *Epilogue*. In: MACKENZIE, Lachlan, GONZALES, Maria de los Ángeles. *A New Architecture of Functional Grammar*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2004b

_____. *Mood and modality*. In: G. Booij, Ch. Lehmann & J. Mugdan (eds.), *Morphology: A Handbook on Inflection and Word Formation*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004c.

HENGEVELD, K. & MACKENZIE, L. *Functional Discourse Grammar*. In: K. BROWN (ed.), *Encyclopedia of language and linguistics*, 2nd Edition. Volume 4, 668-676. Oxford: Elsevier, 2006

KALINOWSKI, G. *Un aperçu élémentaire des modalités déontiques*. *Langages*, v.43, p.28-38, 1976.

KIEFER, F. *On defining Modality*. *Folia Lingüistica*, v. 21, n. 1, p. 67-93, 1987.

KOCH, I. G. V. *As modalidades do discurso*. In: *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1987.

LOZANO, A. G. *The Spanish Imperative and Deontic Utterances in Literary Passages*. *Hispania*, 73 (4), p. 1118-1123, 1990

LYONS, J. *Modality*. In: *Semantics: 2*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977

LEBRUN, G. *O que é poder?* São Paulo: Brasiliense, 2003.

MIRA MATEUS, M. H. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 1989.

NEF, F. *De dicto, de re, formule de Barcan et sémantique des mondes possibles*. *Langages*, v. 43, p. 28-38, 1976.

NEVES, M. H. M. *A modalidade*. In: KOCH, I. G. V. *Gramática do Português Falado*. v. 6. Campinas: Editora da Unicamp/Fapesp, 1996, p.163-99.

_____. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

OSAKABE, H. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Kairós, 1979.

PALMER, F. R. *Mood and modality*. New York: Cambridge University Press, 1986

_____. *Modality and the English Modals*. New York: Longman linguistics library, 1980

PONTES, E. *Verbos auxiliares em português*. Petrópolis: Vozes, 1973.

RUMSEY, A. *Language, desire and the ontogenesis of intersubjectivity*. *Language and communication: an interdisciplinary journal*, v.23, n.02, 2003

QUIRK, R. et al. *A comprehensive Grammar of English Language*. London: Longman, 1985.

SEARLE, J. R.. *Indirect Speech Act*. In: COLE, P. and MORGAN, J. L. (org.) *Syntax and Semantics*. Volume 3. *Speech Acts*. Orlando: Academic Press Inc., 1975

SWEETSER, E. *From Etymology to Pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990

VERSTRAETE, J-C. *The problem of subjective modality in the Functional Grammar model*. In: MACKENZIE, Lachlan, GONZALES, Maria de los Ángeles. *A New Architecture of Functional Grammar*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2004